



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FERNANDO DE LIMA ALMEIDA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS DESAFIOS DA
GLOBALIZAÇÃO**

FORTALEZA – CEARÁ

2016

FERNANDO DE LIMA ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS DESAFIOS DA
GLOBALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Almeida, Fernando de Lima.

Políticas públicas e as relações internacionais: os desafios da globalização [recurso eletrônico] / Fernando de Lima Almeida. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 54 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente.

1. Globalização. 2. Políticas públicas. 3. Tecnologia. 4. Emprego. 5. Sociedades. I. Título.

FERNANDO DE LIMA ALMEIDA

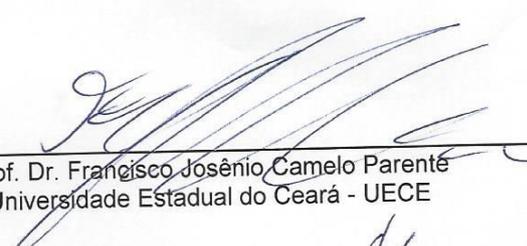
POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS DESAFIOS DA
GLOBALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

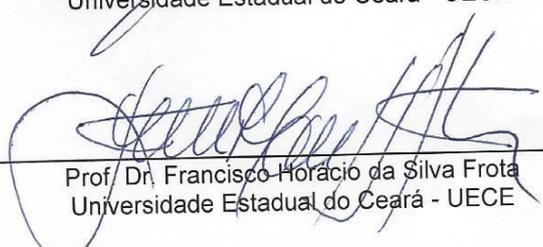
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 26/10/2016

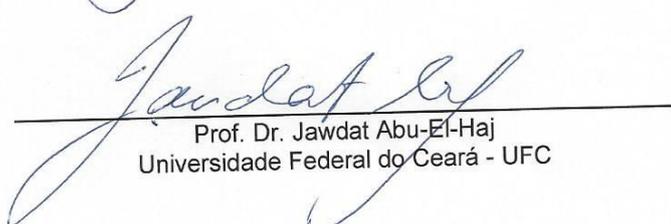
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco José Camelo Parente
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

A Deus

A minha querida mãe, Cleo, a quem devo tudo o que sou, e cujo arrependimento de não ter compreendido mais cedo todos seus ensinamentos muito dificultou meus processos internos.

Saudades imensas, Mamãe! Um dia estaremos juntos novamente.

Aos meus filhos, Kauã, Anne e João Fernando, que de maneira completamente diferente, me ajudam dia a dia a buscar um passo a mais nesta passagem terrestre e na contribuição do que posso deixar.

Repetidamente ao meu filho João, por me permitir entender a plenitude de ser pai e quem, por meio do seu amor incondicional, me incentiva a escrever este trabalho.

Meu pai, Onias, cuja presença aqui seria muito importante e com quem, sinceramente, gostaria de compartilhar meus momentos de alegria e minhas dificuldades.

Aos companheiros encarnados e desencarnados do GEPE-Grupo Espírita Paulo e Estevão, auxílio fundamental para manter a serenidade a fim de desenvolver a pesquisa e o trabalho que aqui expresso.

A minha querida Fernanda, por mostrar todas as vezes que é possível retomar o caminho, melhorar e perseverar na conquista de um ideal.

A todos os mestres e professores que me permitiram chegar aqui, em especial, ao professor Francisco Josênio, que, com muita paciência, me esperou concluir e apresentar as etapas desta pesquisa.

Aos meus alunos, que foram e sempre serão a principal motivação de estudo e desenvolvimento intelectual. E, por fim, ao meu companheiro Spazza, cuja vida estou tendo o privilégio de acompanhar.

“Uma Nova consciência e moralidade totalmente nova são necessárias para produzir uma mudança radical na e estrutura cultural e social. Isto é óbvio embora a esquerda, a direita e o revolucionário pareçam desconsiderar isto.”

(JIDDU KRISHNAMURTI)

RESUMO

Propõe-se fazer uma contraposição relativa a opinião de três pensadores sobre a globalização num momento em que uma onda nacionalista e autoritária pode ameaçar a continuidade do processo e a posição dos Estados diante estas incertezas na implementação de suas políticas públicas e em suas relações internacionais. A análise bibliográfica das obras “Globalização-As consequências humanas”, do pensador polonês Zygmund Bauman, “A sociedade em redes”, do espanhol Manuel Castells, e do trabalho organizado pelo pensador português Boaventura de Sousa Santos “ A Globalização e as ciências sociais”, demonstram ideias diversas vezes conflitantes na opinião dos três intelectuais, uma corrente aponta para os desafios de mercado e a outra os da vida comunitária. Existe intensa tendência antiglobalização, as recentes respostas da população de vários países, como os resultados políticos inesperados, em lugares que foram líderes do processo de globalização, com a eventual saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição do ultranacionalista Donald Trump, como presidente dos Estados Unidos da América, seria o sinal de um enfraquecimento da globalização. No segundo capítulo foi apresentado um histórico com sucinta explanação sobre períodos históricos relevantes, as respostas surpreendentes da população do Reino Unido e dos Estados Unidos, países que até então direcionam vários temas relevantes na globalização. No terceiro segmento, fez-se referência à obra de Manuel Castells e sua pesquisa sobre a evolução tecnológica e a organização da sociedade em redes, bem como o seu posicionamento a respeito do surgimento de novos postos de trabalho e oportunidades com a globalização. No quarto módulo abordaram-se as obra de Zygmund Bauman e seu posicionamento sobre a relação das empresas no atual processo econômico e as graves consequências da globalização sobre parte da população mundial. Finalizando o capítulo vem o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, no qual o autor defende uma teoria de transição no sistema mundial e as consequências da complexidade do processo. Na conclusão, comentou-se acerca dos posicionamento dos intelectuais e as perspectivas dos Estados na globalização.

Palavras-chave: Globalização. Políticas Públicas. Tecnologia. Emprego. Sociedades.

ABSTRACT

It is proposed to counterbalance the opinion of three thinkers on globalization at a time when a nationalist and authoritarian wave can threaten the continuity of the process and the position of the states in the face of these uncertainties in the implementation of their public policies and in their international relations. The bibliographical analysis of the works "Globalization - The Human Consequences" by the Polish thinker Zygmund Bauman, "The society in networks", by the Spanish Manuel Castells, and the work organized by the Portuguese thinker Boaventura de Sousa Santos "Globalization and the social sciences", Demonstrate conflicting ideas in the opinion of the three intellectuals, one trend points to the challenges of the market and the other to those of community life. There is an intense anti-globalization trend, the recent responses of the population of several countries, such as the unexpected political results, in places that were leaders of the globalization process, with the eventual exit of the United Kingdom from the European Union and the election of ultra-nationalist Donald Trump as president Of the United States of America, would be a sign of a weakening of globalization. In the second chapter a succinct historical account of relevant historical periods, the surprising answers of the population of the United Kingdom and of the United States, countries that until then addressed several relevant themes in the globalization, was presented. In the third segment, reference was made to the work of Manuel Castells and his research on technological evolution and the organization of society in networks, as well as his position regarding the emergence of new jobs and opportunities with globalization. The fourth module dealt with the work of Zygmund Bauman and his position on the relation of companies in the current economic process and the serious consequences of globalization on part of the world population. At the end of the chapter comes the thought of Boaventura de Sousa Santos, in which the author defends a theory of transition in the world system and the consequences of the complexity of the process. In conclusion, there was talk about the positioning of intellectuals and the perspectives of states in globalization.

Keywords: Globalization. Public Policies. Technology. Employment. Societies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	GLOBALIZAÇÃO.....	13
2.1	BREVE HISTÓRICO.....	14
2.1.1	Tratado da Vestfalia.....	14
2.1.2	Grandes Guerras.....	15
2.1.3	Bretton Woods.....	16
2.1.4	Guerra Fria.....	18
2.1.5	Onze de Setembro.....	19
2.2	RECONSTRUÇÃO MODERNA.....	20
2.3	2016-UM ANO DE TENSÕES.....	22
3	AVANÇOS DA GLOBALIZAÇÃO MODERNA E SUA TECNOLOGIA DE REDES.....	27
3.1	SOCIEDADE EM REDE. MANUEL CASTELLS.....	27
4	A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	34
4.1	GLOBALIZAÇÃO- AS CONSEQUÊNCIAS HUMANAS-ZYGMUND BAUMAN.....	34
4.2	A GLOBALIZAÇÃO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS-BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS.....	38
5	CONCLUSÃO.....	43
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Em 2003, quando Yann Arthus-Bertrand, Sibylle d’Orgeval e Baptiste Rouget-Luchaire lançaram o projeto “sete milhões de outros”, que consiste em realizar milhares de entrevistas com pessoas comuns, sobre diversos temas, como amor, família, sonhos e meio ambiente, objetivando desenhar um grande retrato da humanidade, Arthus-Bertrand, comentou, “Vista de cima, a Terra surgia como um vasto espaço a ser partilhado. Assim que aterrei os problemas começaram. Confrontei-me com a inflexibilidade dos sistemas administrativos e as fronteiras construídas pelos homens, símbolos de como é tão difícil vivermos em harmonia”¹

A beleza do projeto de Bertrand, d’Orgeval e Luchaire canaliza um desejo universal de compreensão do fenômeno global de interação e compartilhamento de experiências, culturas e a simples troca humana de conhecimento e a descoberta do novo.

O planeta Terra dobrou sua população nos últimos 100 anos. Os recursos naturais ficam cada vez mais escassos e os conceitos de soberania, democracia, territorialidade são questionados de maneira jamais vista, emergindo aos olhos da humanidade a discussão entre coexistência e cooperação.

Perceber e analisar o mundo globalizado, e por onde passam os ventos da economia, política, artes, é de alçada importância para a compreensão dos fenômenos modernos, da convivência social, do planejamento dos países e de suas cidades. Afinal, o movimento do capital não vê mais fronteiras e cada vez mais as barreiras de controle precisam se adequar a uma mutação velocíssima.

Essa globalização traz inúmeros desafios, tensões religiosas, econômicas, culturais, enfim um “cabo de guerra” em diversos segmentos da Aldeia Global². Havia, contudo, um consenso do que fazer e o que buscar, para trazer às nações a implementação de políticas públicas eficientes para a formação, administração e manutenção dos Estados

¹ <http://www.7billionothers.org/pt/node/647>, acesso em 10 de agosto de 2016

² O conceito de aldeia global foi desenvolvido por Marshall McLuhan, nos anos de 1960, como forma de explicar os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade contemporânea, no mundo todo. De acordo com sua teoria, a abolição das distâncias e do tempo, bem como a velocidade cada vez maior que ocorreria no processo de comunicação em escala global, nos levaria a um processo de retribalização, em que barreiras culturais, étnicas, geográficas, entre outras, seriam relativizadas, nos levando a uma homogeneização sociocultural. Neste caso, imaginava ele ações sociais e políticas, por exemplo, poderiam ter início simultaneamente e em escala global e as pessoas seriam guiadas por ideais comuns de uma “sociedade mundial”. <https://aboutmarshallmcluhan.wordpress.com/category/aldeia-global/>, acesso em 07 de setembro de 2016.

Nacionais em nova realidade, não havendo mais como entender de maneira aprofundada a globalização e seus efeitos.

A globalização agora divide os intelectuais. Temos, de um lado, aqueles que veem e analisam o tema pela vertente do mercado e, do outro, a análise pelos impactos na vida comunitária. A pergunta central é: a onda nacionalista e autoritária pode ameaçar seu futuro? Afinal, a antiglobalização ocorre em países onde o processo apresentava sua liderança, a população do Reino Unido votou e aprovou seu desligamento da União Europeia e no final de 2016, Donald Trump venceu a eleição nos Estados Unidos, contrariando todas as pesquisas e a vontade da maioria da população estadunidense³ e mundial.

Os fatos merecem realmente grande atenção, o professor Jawdat AbuElHaj⁴, em artigo, expressou:

O avanço neoliberal teve o seu maior êxito na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde a ênfase é dada ao crescimento de oferta dos serviços privados e à descentralização administrativa para as subunidades nacionais. Uma combinação de descentralização e gradual privatização indica a consolidação de um novo modelo de atenção.

Os resultados demonstram que os países arrostam muita dificuldade em se organizarem internamente, e por conseqüente no novo contexto mundial. Diferenças cada vez maiores entre ricos e pobres e as políticas públicas tentando atender a interesses diversos não só nacionais mas internacionais, ensejam grande insatisfação não só na população dos países em desenvolvimento, como também dos grandes líderes mundiais.

O fenômeno da globalização não é recente, porém nunca teve seus efeitos sentidos tão rapidamente. O problema central a ser tratado é o processo que está ocorrendo no embate ideológico entre aqueles que defendem a hegemonia liberal e a forte onda de nacionalismo.

As causas dos resultados no Reino Unido e nos Estados Unidos não são exatamente as mesmas, mas diversos são os pontos em comum. O discurso anti-imigração, a questão econômica com o avanço do sistema globalizado e suas incertezas, além da demografia eleitoral, podem ser apontados como congruentes. A questão é que de várias maneiras, dentro do multifacetado fenômeno da globalização, os movimentos podem ser

³ O presidente de Estados Unidos não é eleito por voto direto, e sim por um Colégio Eleitoral. Os americanos votam por um candidato, mas, na realidade, escolhem um “eleitor” que votará por eles no Colégio. O Colégio Eleitoral é integrado por 538 eleitores, logo mesmo com maior votação popular o candidato pode não ser eleito, como ocorreu por exemplo, na eleição do presidente George W Bush contra Al Gore, onde o derrotado teve 51.003.926 votos e o vencedor 50.460.110 e caminha para ocorrer na eleição de 2016. <http://exame.abril.com.br/mundo/entenda-como-funciona-o-processo-eleitoral-americano/>

⁴ Democracia e políticas públicas na era da globalização. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000100014&lng=pt&nrm=iso

sentidos no Planeta, começando a surpreender e, em 2017, teremos eleição na França e na Alemanha quando os resultados poderão, mais uma vez, apontar para caminhos diferentes a serem seguidos.

Nos últimos anos diversos fatores foram expressos como primordiais no desenvolvimento dos Estados. Políticas globais relacionadas com o meio ambiente e combate ao terrorismo e a pobreza, são constantes nas agendas globais.

A globalização, com as novas ferramentas tecnológicas de comunicação e integração se exprimem como poderosos expedientes, não só para o debate na implementação destas agendas, mas também para mover o mercado de capitais de maneira jamais experimentada. Por outro lado é perceptível um grande aumento na distância entre ricos e pobres. A receita concentrou-se em alguns centros, e não só os países com economias menores sentiram estes efeitos, mas também boa parte dos chamados gigantes da economia.

A polarização das riquezas desencadeou inúmeros problemas e força os governos a realizar ações corretivas em inúmeras frentes. O debate passa a ter maior importância, pois a grande parte das comunidades de vários países europeus e dos Estados Unidos começa a sentir o outro lado da globalização, com a saída das empresas em busca de mão de obra barata fora das fronteiras territoriais, a automação de postos de trabalho e, também, problemas graves – como o fluxo imigratório crescente e a diminuição do crescimento econômico.

Em aplaudidíssimo discurso na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, levantou questionamentos sobre a “força da utopia”, de “esculpir um mundo sem fronteiras”. É fundamental se entender os novos panoramas dos mercados mundiais, a diversidade do desenvolvimento e planejamento dos Estados de maneira ainda tão desigual em um momento em que a informação, cada vez mais, aproxima os povos de vários pontos do Planeta e da constante e crescente perda da humanidade.

A necessidade de entender novos processos parece ser cíclica na história da humanidade, num passado nem tão remoto, no final da Segunda Grande Guerra, o mundo se viu diante de um novo reordenamento e os Estados perceberam a necessidade de criação de mecanismos para estabelecer métodos de sistematização do cenário econômico mundial, para fomentar o desenvolvimento e reconstituição das nações. Movimentar a economia em um cenário extremo do modelo capitalista e ante as imensas distorções sociais globais, não está sendo uma tarefa simples para o ser humano.

Partindo dos enormes desafios, desde a segunda grande guerra, o trabalho será tratado em cinco capítulos contando introdução e conclusão(s). No segundo será abordado o

tema da globalização, seu ponto de partida, até os atentados de 11 de setembro e seu confuso panorama atual, deixando a análise da revolução tecnológica para Manuel Castells, no capítulo seguinte. Ainda, no tomo inaugural, será expressa a corrente nacionalista, bem como mostrado os recentes resultados do Brexit no Reino Unido e o da eleição dos EEUU, que sinalizaram fortemente para um possível retrocesso da globalização.

No terceiro segmento será feita análise da obra *Sociedade em Rede*, o primeiro volume da trilogia *A Era da informação: Economia, sociedade e cultura*, de Manuel Castells, onde o autor se mostra um entusiasta do processo da informacionalização global, as novas perspectivas para o planeta e o mercado de trabalho.

No quarto módulo será analisada a obra *Globalização-As consequências humanas*, de Zigmund Bauman, onde de maneira crítica o autor vê uma classe de excluídos do processo global e o aumento cada vez maior das diferenças sociais no Planeta. Ainda no quarto capítulo, se abordará a obra *Globalização e as Ciências Sociais*, mais precisamente seu primeiro capítulo escrito pelo organizador Boaventura de Sousa Santos, denominado *Os processos da globalização*. Mais do que posicionamentos diferentes os autores, apontam focos distintos ao mesmo fenômeno. Em seguida, vem a conclusão-cap.5.

As posições dos autores, assim como o resultado de suas pesquisas, por diversas vezes, seguem na mesma direção – a riqueza dos posicionamentos em inúmeros momentos por caminhos diferentes do processo. Ressaltam a complexidade da globalização e suas inúmeras possibilidades, do entusiasmo tecnológico mostrado por Castells, das questões sociais graves, demonstradas por Bauman, até a análise complexa de Boaventura sobre o aumento dramático da desigualdade entre países ricos e pobres e sua contraposição direta à visão de Castells, tornam a análise muito interessante.

2 GLOBALIZAÇÃO

Para alguns, a globalização é a constante interdependência de povos e Estados do Globo, manifestando-se de formas distintas no decurso da história. O fenômeno transcende a Era Moderna e vem de séculos. Afinal, o fluxo migratório do homem remonta a dois milhões de anos na sua procura por condições de sobrevivências (Blainey, 6.), continua na formação dos grandes impérios da Antiguidade com as conquistas territoriais; avança pela Idade Média, com a presença forte e dominante da Igreja sobre diversas nações, passando pela Revolução Francesa, a Revolução Industrial, as grandes guerras, o Pacto da Nações, a ONU, e segue até o advento da internet e a revolução tecnológica atual.

A globalização, com a constante prática comercial entre países, segundo Paulo Buss⁶, “remonta o século XVI, época dos grandes descobrimentos e das viagens de exploração e para a grande maioria dos autores é um processo econômico, social e cultural que se estabeleceu nas duas ou três últimas décadas do século XX”.

Já para Manuel Castells⁷ “Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica”; não resta dúvida de que o atual estágio do fenômeno global está intrinsecamente ligado às redes de informação, mas a questão é maior, pois as redes descortinaram a fragilidade das soberanias e da territorialidades.

Alguns pontos temporais importantes para compreender a evolução do processo civilizatório e a globalização, dentre diversos existentes, serão analisados a seguir.

⁵ Blainey, Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**. 2ed. Curitiba. Fundamento. 2014

⁶ Buss, Paulo Marchiori . Globalization, poverty and health. artigo adaptado da Conferência Leavell, apresentada no XI World Congress of Public Health da World Federation of Public Health Associations e VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, em 23/08/2006. Fundação Oswaldo Cruz, Presidência. Av. Brasil 4365, Manguinhos. 21041-900 Rio de Janeiro

⁷ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 17ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2016

⁸ O conceito de territorialidade foi primeiramente descrito pelo inglês H. E. Howard no seu livro "Territory in Bird Life", publicado em 1920. A partir de então, o território foi definido por Ardrey como uma área do espaço, aquático, terrestre ou aéreo na qual um animal ou grupos de animais se protegem com a finalidade de se preservar. Dessa maneira, todo animal que defende um espaço particular é chamado de animal territorial, e as ações que ocorrem para a defesa de sua área são denominadas comportamentos territoriais <<http://www.arq.ufmg.br/rcesar/pmdvw/piaup1/territorialidade.html> > acesso em 21 de setembro de 2016

2.1 BREVE HISTÓRICO

2.1.1 Tratado da Vestfália

Um dos marcos de um regramento internacional e a constituição dos estados modernos se dá em 1648, com a assinatura dos tratados de paz da Vestfália⁹, considerado por muitos o começo das regras de Direito Internacional, o qual determinou o fim da Guerra dos Trinta Anos, que se alastrou dentro do que ainda era considerado na Europa como o Império Romano, apaziguou o conflito entre a Espanha Católica e a Holanda, e, em síntese, pôs fim a um período de grandes conflitos, que levou os Estados à ruína, e procurou estabelecer um período de paz e respeito a soberania dos povos.

Entendeu-se aí que, para uma relação pacífica entre Estados Nacionais soberanos, não há autoridade de comando de uns sobre os outros, cujo modelo de soberania e ordem jurídica interna deve ter força. Com efeito houve a perda de influência do Papa, colocando as igrejas nacionais sob o controle dos monarcas soberanos dentro de seus limites territoriais.

Após os tratados da Vestfália, o mundo começou a passar por novas mudanças com o enfraquecimento dos Estados absolutistas, responsáveis pela colonização e influência de grande parte das atuais nações dos continentes além da Europa. Esse período, teve dois grandes marcos :

- a) a independência das colônias americanas, que criou limites constitucionais dentro de sua República, mas com a intenção de proteger também as relações internacionais e;
- b) a Revolução Francesa, que guilhotinou seu rei absolutista e iniciou a ordem republicana, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A seguir, em 1814, com a derrota de Napoleão e a realização do Congresso de Viena¹⁰, os monarcas europeus procuraram reestabelecer o controle dos seus ideais,

⁹ Em 24 de outubro de 1648, a conferência realizada na região da Vestfália foi encerrada com três tratados independentes e o anúncio do armistício. Seus resultados mais importantes: suíços e holandeses tornaram-se autônomos; o poder do imperador da dinastia Habsburg foi reduzido, em favor do dos príncipes e dos membros do Reich; o império manteve sua constituição federalista; e católicos e protestantes passaram a ser considerados fiéis com os mesmos direitos. <<http://www.dw.com/pt-br/1648-paz-da-vestf%C3%A1lia-encerrava-guerra-dos-trinta-anos/a-660411>> acesso em 24 de setembro de 2016

¹⁰ O objetivo foi reorganizar as fronteiras europeias, alteradas pelas conquistas de Napoleão, e restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime. Após o fim da época napoleônica, que provocou mudanças políticas e econômicas em toda a Europa, os países vencedores (Áustria, Rússia, Prússia e Reino Unido) sentiram a necessidade de selar um tratado para restabelecer a paz e a estabilidade política na Europa, já que momentos de instabilidade eram vividos e temia-se uma nova revolução. <<http://www.seculoshistoria.com.br/2013/10/o-congresso-de-viena-1814-1815.html>>

atentando para a certeza de que um só Estado não teria força suficiente para evitar novas revoluções. Diversas foram as tentativas de reestabelecer este equilíbrio; vários mecanismos manejados, até mesmo a partilha do Continente Africano, na Conferência de Berlim¹¹. A Europa não resistiu, no entanto às pressões propostas neste ciclo e eclodiu a Primeira Grande Guerra, em 1914.

2.1.2 Grandes Guerras

A diplomacia e os meios de controle não foram suficientes para garantir a paz entre seres humanos. No final da primeira década do século XX, quatro anos de sangue se sucederam, e o avanço tecnológico do momento foi manejado como uma grande máquina de horrores.

Passados anos de baixas decorrentes do conflito armado, finalmente, com o envolvimento dos Estados Unidos e a ação das potências aliadas a Guerra terminou com a derrota da Alemanha e o Império Austro-Húngaro. A consequência mais uma vez foi a redistribuição de territórios e uma nova realidade fronteiriça na Europa.

Pela primeira vez na história humana, existia uma organização criada para garantir a paz e com características globais, a Liga das Nações¹². O professor Josênio Parente¹³ aponta aí a forma de multilateralismo conforme desejo dos vencedores:

¹¹ A Conferência de Berlim decorreu entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885. Participaram nesta conferência 14 países, entre os quais Portugal, e Estados que não dispunham de colónias, como foi o caso dos países escandinavos e dos EUA. Três pontos principais constituíram a agenda da Conferência: (1) a liberdade de comércio em toda a bacia do Zaire e sua foz; (2) a aplicação dos princípios do Congresso de Viena quanto à navegação nos rios internacionais (entre outros, do Níger); (3) a definição de “regras uniformes nas relações internacionais relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano”; (4) estatuir sobre o tráfico de escravos. Esta Conferência foi uma das mais importantes realizadas na segunda metade do século XIX, visando, entre outras questões, regular o Direito Internacional Colonial. <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/703-conferencia-de-berlim.html> acesso em 21 de setembro de 2016.

¹² A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados de paz. O Conselho, principal órgão político e decisorio, era composto de membros permanentes (Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e, posteriormente, Alemanha e União Soviética) e não-permanentes, estes últimos escolhidos pela Assembleia Geral. Não possuindo forças armadas próprias, o poder de coerção da Liga das Nações baseava-se apenas em sanções econômicas e militares. Sua atuação foi bem-sucedida no arbitramento de disputas nos Bálcãs e na América Latina, na assistência econômica e na proteção a refugiados, na supervisão do sistema de mandatos coloniais e na administração de territórios livres como a cidade de Dantzig. Mas ela se revelou impotente para bloquear a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935) e o ataque russo à Finlândia (1939). Em abril de 1946, o organismo se autodissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes> <acesso em 03 de outubro de 2016>

O multilateralismo, portanto, que no primeiro momento foi realizado com a Liga das Nações e, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, com a ONU (Organizações das Nações Unidas), buscava realizar a paz e a ordem com o olhar dos vencedores.

Alguns anos após a Liga das Nações, em primeiro de setembro de 1939, a Alemanha nazista invadiu a Polônia, iniciando a Segunda Grande Guerra Mundial.

O mundo mergulhou em uma das suas páginas mais tristes. A globalização era bélica, homem contra homem, ciência *versus* ciência; pode mais quem mata mais. Inúmeras foram as barbaridades cometidas nesta passagem da “estranha” evolução civilizatória. Se os alemães mataram milhões, os aliados dizimaram duas cidades inteiras, enfim, o mundo precisa ser reequilibrado, os direitos humanos e as práticas comerciais reestabelecidas, e, mais uma vez, a humanidade “recolhia os cacos” e começava sua constante prática de reconstruir aquilo por ela mesma destruído.

2.1.3 Bretton Woods

Foi em Bretton Woods que as nações, em mais um esforço global – então com o intento de prevenir novo conflito bélico e regulamentar um novo sistema, também, para as relações econômicas – se reuniram para procurar encontrar uma solução.

Em 1944, os 45 delegados dos países não comunistas, se encontraram, não por acaso, no Estado de New Hampshire (EUA), precisamente na cidade de Bretton Woods, com o propósito de reformar o sistema monetário internacional. Estava estabelecido o que ficaria conhecido como o Sistema de Bretton Woods, onde houve um consenso na criação de um Fundo Monetário Internacional – FMI, um banco para financiar o desenvolvimento e reconstrução das nações europeias destroçadas pelos efeitos da guerra – BIRD e uma organização para regulamentar os fluxos comerciais - OIC¹⁴. Com isto estariam criados os mecanismos para tratar das questões voltadas para as finanças internacionais e a retomada do crescimento.

O FMI teria duas funções, prover os países-membros de um código de conduta internacional e zelar pelo seu cumprimento. O BIRD, que na época de sua criação seria o instrumento para restabelecer a Europa, deixou este papel para o chamado Plano Marshall e passou a lidar com o desenvolvimento econômico, principalmente nos chamados países

¹³ O FUNDAMENTALISMO E A NOVA ORDEM MUNDIAL: A Crise de Representação e o Império Americano Kairós - Revista Acadêmica da Prainha Ano III/2, Jul/Dez 2006, Francisco José Camelo Parente <http://www.catolicadefortaleza.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/12.-Francisco-Jos%C3%A0Anio-Camelo-Parente-corrigido.pdf>

¹⁴ MENEZES, Wagner. **Ordem Global e Transnormatividade**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.

subdesenvolvidos, provendo recursos para investimentos do padrão de vida e das condições de trabalho. A OIC não desenvolveu seu papel, pois teve intensiva oposição do Senado estadunidense, com medo de que sua soberania fosse afetada, tendo sido substituída pelo GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas) concebido em Genebra, em 1947, que não é uma organização internacional, mas sim um foro de negociações. O GATT foi substituído pela Organização Mundial do Comércio – OMC, em 1994, criada pelo Acordo de Marrakesh (Marrocos).

O mundo começou seus passos para um irreversível processo de integração econômica. Desde então estava regulamentado por vias extraordinárias o controle estadunidense na economia mundial, pelo menos em metade dela, pois o que determinava o poder de voto das nações eram sua importância econômica e o volume do seu comércio internacional. Destarte, o maior poder era dos Estados Unidos e mais uma vez, a história se fazia pelo olhar dos vencedores.

A Europa estava demolida, precisando se reerguer, e os Estados Unidos, cuja destruição causada pela guerra, em seu território se limitou a Pearl Harbor, contava, então, com bases militares em diversos e estratégicos pontos e, naquele momento, com um superávit considerável em relação ao resto do Mundo, começava assim sua era de império, ameaçada então pela União Soviética com seu socialismo.

Como maneira de respeitar os limites territoriais, e ante a necessidade de reordenamento dos Estados, alguns limites estabelecidos na época estão em vigor até hoje, como pode ser visto no artigo 2.1 da Carta das Nações Unidas – a “Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros¹⁵”, do seu preâmbulo¹⁶, os princípios da soberania e da territorialidade devem sempre ser preservados e respeitados

¹⁵ Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm

¹⁶ NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

2.1.4 Guerra Fria

Nesta etapa, em que o mundo estava dividido em dois blocos, o capitalista e o socialista, era nítida a influência de duas grandes potências – União Soviética e Estados Unidos. O mundo já estava globalizado, porém em duas metades. Infeliz era aquele Estado que procurava se manter afastado das duas superpotências, logo, era pressionado por ambas e tinha que se adequar.

Foram enormes os avanços durante o período da guerra fria,¹⁷ como, por exemplo nos campos da pesquisa espacial, no debate sobre a supremacia de um sistema econômico sobre o outro, e uma das mais importantes e grande responsável pelo avanço tecnológico atual, o desenvolvimento da INTERNET pelo exército dos EEUU, cuja análise será procedida no terceiro capítulo desta dissertação com base na obra de Manuel Castells.

O atraso econômico e a conseqüente crise do socialismo porém, no final dos anos 1980, marcaram a vitória do capitalismo, que começou a ser o sistema hegemônico no Planeta. Estava terminado o longo período de debates entre dois mundos e dois sistemas; enfim, parecia que estávamos diante da resposta certa, o vitorioso capitalismo e sua forma neoliberal de controle. Mais uma vez, a humanidade teve que se reorganizar.

Inúmeras eram as orientações sobre como se adequar ao mundo globalizado, tais como o consenso de Washington¹⁸ e sua tentativa de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do neoliberalismo na América Latina, fortemente criticadas por alguns em razão de beneficiar algumas elites e outras tantas, pois, afinal, a minimização da influência dos Estados na corrente econômica era premissa basilar para o sistema globalizado funcionar.

¹⁷ A definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre Estados Unidos e URSS. Até mesmo porque, estes dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Um conflito armado direto significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coreia e no Vietnã. <http://www.suapesquisa.com/guerrafria>

¹⁸ O **Consenso de Washington** foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos. < <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>

2.1.5 Onze de setembro

Em 11 de setembro de 2001, o mundo mais uma vez foi atormentado, os selvagens ataques terroristas ao World Trade Center em Nova York e ao Pentágono, em que mais de três mil pessoas perderam a vida, lançaram a humanidade em nova busca para redescobrir seus valores e seu rumo. A tensão latente não era mais socialismo *versus* capitalismo. Valores religiosos, conflito de poder, petróleo, armas – tudo se mostra em uma nova realidade.

A Declaração Universal de 1948 e a Conferência de Viena, em 1993, não podiam prever para a realidade mundial o que ocorreria. Os atentados terroristas não somente chocaram o mundo, mas também debelaram a prova máxima de onipresença dos Estados Unidos sob o comando republicano de George W. Bush, ao manipular, de maneira vexatória, os parceiros globais para justificar sua “guerra contra o terror”.

Os então acordos mundiais mantidos pela ONU, fiscalizados pelo seu Conselho de Segurança¹⁹, eram totalmente desrespeitados pelos Estados Unidos, ao iniciar sua guerra contra o Iraque, para encontrar armas químicas, nunca localizadas. Os limites estabelecidos na Carta das Nações parecia não existir em face do desejo de vingança estadunidense, talvez; não se tratasse apenas de revanche, mas sim do controle do petróleo e o financiamento da pesada indústria bélica dos EEUU. Sobre o tema o professor Jawdat Abu-El-Haj²⁰ escreveu:

O fato de ter uma oposição mundial demonstra que o mundo começa a ter uma visão de que os EUA não estão indo para o Iraque a fim de eliminar as armas, mas que há um projeto além disso. As armas iraquianas são extremamente rudimentares, porque depois de um embargo econômico é impossível desenvolver grandes tecnologias. Os EUA são hoje uma potência imperial. Eles eram líderes mundiais e estão querendo ir além da liderança.

Em palavras transcritas em entrevista de 2011 o professor Josenio Parente²¹ da Universidade Estadual do Ceará afirmou que:

¹⁹ É um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU). É composto por 15 países-membros (cinco são permanentes e dez são temporários). Este órgão foi estabelecido em 1946, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. Cujas funções são a manutenção da segurança e paz no mundo e suas ações são a definição e execução de operações de paz em países que estão em processo de conflito militar; o estabelecimento de sanções internacionais à países que adotam medidas que ameaçam a paz e a segurança no mundo ou em determinadas regiões; Autorização de ações militares que visem o estabelecimento da paz.

²⁰ Jawdat AbuElHaj "Elite dos EUA é perdida no tempo" <http://www.cutceara.org.br/destaque-central/293/elite-dos-eua-e-perdida-no-tempo>

²¹ <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/1047> por Pedro Rocha, acesso em 12 de maio de 2016

O desafio hoje é o multiculturalismo”, a entrevista continuou com a afirmação de que o vazio deixado pela polaridade entre Estados Unidos e União Soviética com a queda do muro de Berlim – marco do fim do século XX para ele – foi de certa forma compensado após os atentados de 11 de Setembro. Foi o achado dos conservadores para criar um novo demônio.

Durante este novo panorama mundial, onde a guerra, mais uma vez, batia às portas da humanidade, no campo das informações, tudo se via e se partilhava, o tempo humano é cada vez mais negociado, a interferência de uma nação em outra é sempre mais ocorrente e constantemente mais guiada pela “mão invisível”²².

Paralelamente à “cruzada” no Oriente Médio, a economia global começava a se retorcer. Em 2007, ante a ruína do movimento especulativo que então movimentava um valor quatro vezes maior do que a produção global, novas potências econômicas emergiam nesta realidade conturbada, e os países, agrupados em diversos blocos econômicos, tais como a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), UE (União Europeia), BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) começam a despontar como fortes influenciadores na economia global. Parecia que a fórmula tinha sido descoberta: os blocos comerciais e sua força de negociação nos mercados globais.

Nas palavras de Enrico Ricardo Lewandowski²³, “mas não é apenas por razões econômicas que os Estados se agrupam em blocos. Associados, eles podem enfrentar melhor os desafios da globalização também em outros campos, como o ambiental e o cultural.”.

2.2 RECONSTRUÇÃO MODERNA

Para Luís Roberto Barroso²⁴,

No princípio era a força. Cada um por si. Depois vieram à família, as tribos, a sociedade primitiva. Os mitos e os deuses-múltiplos, ameaçadores, vingativos. Os líderes religiosos tornaram-se chefes absolutos. Antiguidade profunda, pré-bíblica, época de sacrifícios humanos, guerras, perseguições, escravidão. Na noite dos tempos, acendem-se as primeiras luzes; surgem as leis, inicialmente morais, depois jurídicas. Regras de conduta que reprimem os instintos, a barbárie, disciplinam as relações interpessoais e, claro, protegem a propriedade. Tem início o processo civilizatório. Uma aventura errante, longa, inacabada. Uma história sem fim.

²² De acordo com Adam Smith o autointeresse de uma sociedade livre proporcionaria a forma mais rápida de uma nação alcançar o progresso e o crescimento econômico. Na sua liberal opinião o maior obstáculo a esse progresso econômico seria o intervencionismo do Estado na Economia; pois, para ele, existiria uma "mão invisível" que auto-regularia o mercado. Ou seja, para Adam Smith se o mercado fosse deixado em paz pelos governos ele se manteria sempre em equilíbrio. Isso ele denominou de "Laissez-Faire". artigo de Julio Cesar Santos disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/adam-smith-e-a-mao-invisivel-do-mercado-na-economia/48780/>

²³ **Direito Internacional, humanismo e globalidade**; Guido Fernando Silva Soares/Vários Autores (pag 294)

²⁴ BARROSO, L.R. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo** (pag.3)

Algo de estranho acontece no processo civilizador²⁵, que parece ser muito além de mais uma evolução tecnológica, afinal, os séculos se passam e as visões sempre são cíclicas sobre a espécie mudando a forma, os personagens mas mantendo a perversidade e a manipulação.

Segundo Norberto Elias,

O processo civilizador consiste, portanto, antes de tudo, na interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social [*gesellschaftliche Zwang*] à auto-coerção [*Selbstzwang*].

A realização do evento globalizado passa, é claro, pela constituição de todos seus Estados Nacionais e a necessidade, de sorte que estes países começaram a se aproximar e interagir. Inegável é a impressionante necessidade humana de avançar sobre seu semelhante, seja mediante a força física, econômica ou religiosa. No quarto capítulo Bauman, demonstrará desafios da sociedade de consumo e a distância cada vez maior entre as pessoas.

É patente a existência de um regramento na ordem social mundial, que luta por nivelar os povos, mas encontra sérios obstáculos na política interna dos países, suas metas de desenvolvimento urbano para a melhoria de serviços a serem prestados a população, afinal o avanço social em todos os lugares do Globo, pode acarretar enfraquecimento das grandes potências e das empresas no panorama econômico planetário.

A ordem econômica ultrapassa as fronteiras dos Estados, pois a sobreposição de uns pelos outros enseja uma dependência, não só nas relações comerciais, mas, também, no posicionamento jurídico imposto, pois se internamente os legisladores deveriam exprimir a vontade do povo, no contexto Internacional, os acordos e tratados são realizados entre nações e, nesse jogo de poder e volatilidade do mercado, modelos de Estados têm seus alicerces destruídos, como na crise de 2008.

Os chamados emergentes tentam estabelecer laços e forçam para alterar o panorama global. Surgem, então, novos desafios, mas globalização não é só um fenômeno econômico, mas sim de aproximação e quebras paradigmáticas constantes, parecendo que os paradigmas podem ser muito fortes para serem quebrados, conforme os eventos de 2016 tendem a demonstrar.

²⁵ Norberto Elias coloca "que em toda parte parece estar na origem do "processo civilizador", entendido como a pacificação das condutas e o controle dos afetos. Elias, Norbert, 1897-1990 **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte** / Norbert Elias; tradução, Pedro Süsskind; prefácio, Roger Chartier. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.

Era paradoxal o fato que uma nação, como os Estados Unidos se recusasse sistematicamente a ratificar tratados internacionais sobre meio ambiente e direitos humanos. Avanços impressionantes aconteceram no governo do presidente Barack Obama, mas o seu legado parece estar ameaçado: ciclo de incertezas, mais uma vez.

2.3 2016 – UM ANO DE TENSÕES

Nos últimos 60 anos, o mundo passou por mutações em escalas geométricas, antes impensadas. Os Estados, durante a aparente reorganização do mundo, após o impacto das duas grandes guerras, no decurso do século XX, e na tentativa de se posicionar no mercado mundial, começaram a buscar mecanismos de cooperação entre si, promovendo maneiras de facilitar o fluxo de pessoas e bens, além de suas fronteiras, antes “fechadas” aos demais. A formação de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns, uniões econômicas e por fim as uniões políticas, pareciam ganhar força com o surgimento e solidificação da União Europeia, que caminhava a passos largos para a tão sonhada União Política e o termo de um modelo de soberania, cuja manutenção foi responsável pelo maior número de mortes humanas em decorrência de conflitos na história da humanidade

Os processos que demoravam séculos para se adequarem ante um fluxo de informações tangível, agora ocorrem virtualmente e em uma velocidade de dados espantosa. As consequências na maioria das vezes, são inesperadas. O ano de 2016 foi marcado pelas respostas inesperadas a temas de interesse regional e mundial em muitos pontos do Planeta. Diversos assuntos que precisaram do voto popular surpreenderam em seus resultados, não só pelo seu desfecho, mas em virtude da absoluta divisão da população em diversos países, sobre temas delicados para as sociedades envolvidas.

As populações de duas grandes potências econômicas, diretamente beneficiadas com o processo da globalização, conforme será exposto na análise de Castells, a seguir, começaram a se mostrar divididas em questões-chave do processo de globalização e de uma eventual tendência econômica.

O primeiro acontecimento se deu em 23 de julho de 2016, no Reino Unido, com o resultado inesperado, contrariando as diversas pesquisas de institutos especializados, e foi denominado Brexit²⁶, em um pleito que levou às urnas aproximadamente 72% dos eleitores.

²⁶ Brexit é a abreviação de *Britain Exit*, uma expressão inglesa que significa “Saída Britânica”, na tradução literal para o português. Este termo se refere ao plano que prevê a saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A decisão sobre a saída do Reino Unido do bloco econômico europeu foi feita a partir de um referendo

Em apertada votação, eles decidiram, com uma diferença de apenas dois por cento, pela saída da União Europeia.

Segundo os dados do *The Wall Street Journal*²⁷, 60% dos eleitores de 18 a 24 anos votaram pela permanência, e percentual equivalente, entre os maiores de 65 anos, pela saída.

Na capital, Londres, análises do *The Guardian* mostraram que, entre os cidadãos que votaram pela permanência, 75,9%, quase 70% deles detêm ensino superior, cerca de 90% têm média 40 anos de idade e aproximadamente 40% deles não nasceram no Reino Unido, mas nos bairros típicos da classe trabalhadora a votação pela saída foi vitoriosa.

O resultado, fator responsável pela renúncia do primeiro ministro David Cameron, também pode ser analisado como resposta imediata ao processo de globalização. O ministro da economia alemão, Sigmar Gabriel, disse que “Se nós organizarmos o Brexit no caminho errado, então nós estaremos em apuros, assim agora precisamos ter certeza de não permitir que o Reino Unido mantenha as coisas agradáveis, por assim dizer, em relação à Europa, ficando sem nenhuma responsabilidade”²⁸

A crise, no entanto, não é só no Reino Unido, pois Grecia, Portugal, Irlanda, Italia sentem os efeitos das taxas de juros e queda crescente do consumo, o endividamento público europeu²⁹ cresce a passos rápidos, como mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Parcela do endividamento público europeu



Fonte:www.globo.com

popular (plebiscito), realizado em 23 de junho de 2016. Com 51,9% dos votos, a maioria dos cidadãos britânicos optaram pelo Brexit, contra 48,1% que apoiavam a permanência do Estado na União Europeia. <http://www.significados.com.br/brexit/>

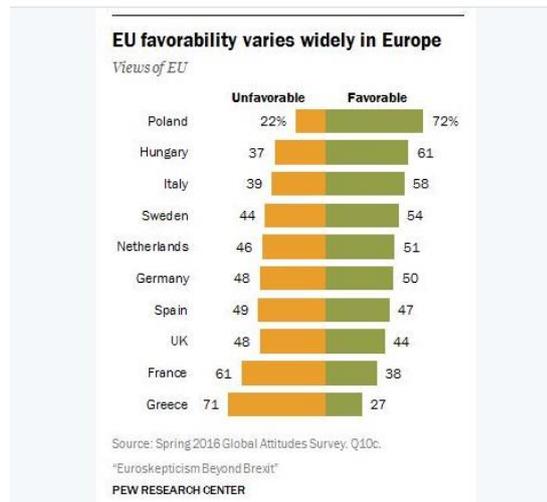
²⁷ <http://exame.abril.com.br/mundo/brexit-quem-votou-a-favor-e-contra-a-saida-britanica-da-ue/>

²⁸ <http://oglobo.globo.com/economia/ministro-alemao-diz-que-europa-pode-ir-pelo-ralo-se-brexit-for-malgerido-20008145#ixzz4IjMXqRw3> Acesso em 28 de agosto de 2016

²⁹ Gráfico disponível em < <https://nepom.wordpress.com/2014/06/12/o-porque-da-crise-da-uniao-europeia/>> O gráfico acima mostra a parcela do endividamento europeu em relação ao PIB da região. Como se pode ver, após a formação da União Européia em 1993 os países europeus se tornaram cada vez mais endividados. Em 2010, quase no auge da crise da União Européia, o endividamento europeu correspondia a aproximadamente 120 % do PIB, situação insustentável. Um ano depois a crise europeia apareceu de vez no cenário mundial.

Os “pacotes” de auxílio, os planos de recuperação em nada parecem sutir efeito. Cada vez mais aumenta (mais uma vez) a distância entre os países. Muitos cidadãos de Alemanha, Austria e outros, demonstram a clara insatisfação com a União Europeia. O gráfico³⁰ a seguir demonstra a clara variação dos países favoráveis ou não ao Bloco.

Gráfico 2 – Variação de países favoráveis ou não ao bloco



Fonte:www.dw.com

A França, onde a onda nacionalista também ganha força, é alvo de constantes ataques terroristas. As diferenças seculares entre as populações começa a ressurgir de maneira avassaladora – migração, valores internos, códigos linguísticos, características étnicas, o desejo de pertença, algo está errado no modelo europeu. O que parecia ser o caminho da integração aponta um desgate enorme.

Bauman, ao citar Paul Virilio, disse recentemente que, se parece bastante prematura a declaração de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, pode-se cada vez com maior confiança falar atualmente do “fim da geografia”. As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”. Parece claro, de um momento para o outro, que as divisões dos continentes e do Globo como um todo ocorreram em função das distâncias, outrora impositivamente reais, devido aos transportes primitivos e às dificuldades de viagem.³¹

³⁰ <http://www.dw.com/pt-br/apoio-%C3%A0-uni%C3%A3o-europeia-cai-nos-pa%C3%ADses-do-bloco/a-19314107>, acesso em 15 de setembro de 2016.

³¹ Bauman op cit apud Paul Virilio, “Un monde superexposé: fin de l'histoire, ou fin de la géographie?”, Le Monde Diplomatique, agosto de 1997, p. 17. A ideia do “fim da geografia” foi formulada pela primeira vez, que eu saiba, por Richard O'Brien (ver sua obra Global Financial Integration: The End of Geography, Londres, Chatham House/Pinter, 1992).

A clara tensão de um fim da União Europeia parece ir de encontro a tendência imposta pela tecnologia, mas disputas internas, planejamento estatal, comportamento ético global, tudo está em movimento. Quais as resposta? Como bem exclamou Boaventura dos Santos³², são perguntas muito complexas; não existem respostas fáceis.

Por fim, em novembro de 2016, o povo dos EEUU elegeu ao poder o seu conservador Partido Republicano, o que não seria surpreendente. Afinal o rodízio entre as duas grandes agremiações, Republicanos e Democratas, no comando do País é absolutamente rotineiro na maior democracia mundial. O surpreendente, foi a eleição para presidente, do empresário Donald Trump, até então personalidade da mídia e no mundo dos negócios, sem qualquer experiência política, demonstrando, em seus discursos de campanha, posições isolacionistas. Sim, cinquenta por cento dos eleitores estadunidense que compareceram às urnas, quase 53 milhões de pessoas, de certa forma, preferem seu país só para si. Quem são eles?

A maioria dos votos republicanos partiram da região central dos Estados Unidos. Em locais não tão cosmopolitas como Nova York e Califórnia, onde a vantagem democrata foi avassaladora. Se percebe assim, que como no Brexit, só quer a globalização quem tem acesso a ela e recebe benefícios com o tema.

O agora presidente eleito Donald Trump teve sua vitória solidificada na população branca, mais velha e sem ensino superior. As “sondagens já levantadas”³³ indicam que o empresário foi eleito por homens (53% dos homens votaram em Trump, 54% das mulheres em Clinton), mais velhos (53% dos eleitores de 45 a 64 anos votaram em Trump, 53% dos eleitores acima dos 65 anos votaram em Trump) e brancos (58% dos eleitores de raça branca escolheram Trump).

No que respeita à formação, o Candidato republicano granjeou da maioria eleitoral entre os votantes com educação básica e secundária ou que apenas frequentaram um curso superior (52% e 51%, respetivamente). Na categoria de educação por raça, 67% dos brancos sem formação superior votou em Trump”.

³² SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

³³ <https://www.noticiasaminuto.com/mundo/684970/quem-votou-em-trump-homem-branco-mais-velho-e-sem-formacao-superior>. Os números, da autoria de um consórcio que engloba a ABC News, a Associated Press, a CBS News, a CNN, a Fox News e a NBC News, são portanto meramente representativos.

A indefinição de regras e conceitos provoca um certo desconforto em quem, no seu dia a dia, se preocupa com emprego, alimentação e demais necessidades básicas, cuja globalização ainda não pode ser responsável e dar a segurança legal necessária, como será exposto por Bauman no quarto capítulo.

Em diversos momentos da história, a expansão sobre as fronteiras ocorreu, e, por inúmeras vezes, ela se retraiu. O fenômeno é rotineiro, mas agora a adequação e a “desadequação” se exprimem muito mais rápidas. Debates sobre esquerda, direita, democracia, capitalismo, começam a se transformar num enorme, imenso, ponto de interrogação.

3 AVANÇOS DA GLOBALIZAÇÃO MODERNA E SUA TECNOLOGIA EM REDES

3.1 SOCIEDADE EM REDE. MANUEL CASTELLS

A obra de Manuel Castells traz uma análise aprofundada da mudança do processo capitalista na época atual, com ênfase no desenvolvimento tecnológico e seu impacto na economia, política e demais segmentos da aventura humana, onde o autor exprime a sociedade informacional em um capitalismo informacional.

A reestruturação social relatada por Castell se dá em decorrência de as empresas terem maior flexibilidade no controle e desenvolvimento de suas atividades, o grande fortalecimento do capital, as mais distintas modalidades de trabalho, com a extinção de algumas atividades, mas surgem outras, além do grande aumento da concorrência entre os detentores do capital.

O marco inicial para a grande revolução pela qual a humanidade está passando, que na visão do autor, só pode ser comparada à Revolução Industrial, teve seu início nos anos 1970, por via do financiamento militar do governo estadunidense para o desenvolvimento de uma estrutura de comunicação em redes, impulsionando assim o desenvolvimento das mais distintas tecnologias de comunicação e informatização, como o transistor, o microchip, o microprocessador, os microcomputadores, dentre outras.

Empresas instaladas no Vale do Silício, na Califórnia, Estados Unidos desde os anos 1970/1980 foram responsáveis diretas por este desenvolvimento. Pessoas como Steve Jobs (Apple) e Bill Gates (Microsoft) abandonaram seus estudos universitários para fundar na época o que hoje são duas das maiores empresas mundiais.

O autor aponta, além do financiamento militar, a crise do petróleo no início dos anos 1970 (73/74) como eventual responsável pela reestruturação do sistema na época e do desenvolvimento informacional.

O desenvolvimento tecnológico, na visão do autor, é diferente, da máquina a vapor e da energia elétrica, existentes durante a Revolução Industrial, pois as novas tecnologias agem diretamente sobre as informações, alteram o modo de existir individual das pessoas e a maneira de se ver em sociedade, além de permitir uma velocidade inacreditável de organização, flexibilização e mudança das empresas.

Ao falar sobre produtividade na economia informacional, é patente para Castells que a noção de somente as empresas e os Estados, cuja capacidade de adaptação for melhor para buscar a competitividade ,nesta nova estrutura ,terão melhor desempenho. A busca das

empresas deve ser não só na produção mas também no uso das tecnologias para reduzir custos, ampliar mercado e mover o capital no sistema.

Na reestruturação proposta por Castells, o papel do Estado apoiando o desenvolvimento das novas tecnologias e a evolução das empresas no mercado global são fundamentais, e a abertura dos mercados deve ocorrer, mas existem os riscos em decorrência desta, sendo patente a fragilidade diante dos fluxos dos mercados financeiros. Assim como a mudança da realidade de vários setores, o surgimento de inúmeros novos agentes e a destruição de segmentos antes poderosos são notórias. Paralelo a todo este desenvolvimento tecnológico ocorreu a derrocada do sistema soviético e da economia russa, em virtude da lentidão para adaptação ao novo sistema.

A estrutura da nova economia denominada global, segundo Castells, diverge da chamada economia mundial, pois funciona em escala planetária de maneira instantânea. Os capitais são arremessados, de um lado a outro do Planeta, de uma maneira interconectada e os fluxos internacionais são cada vez maiores e mais independentes dos governos nacionais. Como ensina o autor (pág. 25), porém,

Existe uma transformação ainda mais profunda nas instituições políticas na sociedade em rede: o aparecimento de uma nova forma de Estado que gradualmente vai substituindo os estados-nação da Era Industrial. Isto está relacionado com a globalização, ou seja, com a formação de uma rede de redes globais que ligam seletivamente, em todo o planeta, todas as dimensões funcionais da sociedade. Como a sociedade em rede é global, o Estado da sociedade em rede não pode funcionar única ou primeiramente no contexto nacional.

O processo global afeta a estrutura do mercado de trabalho e muitas novas funções serão necessárias para movimentar o sistema informacional, algumas mantendo a característica local e, quando extirpadas do sistema obreiro, em razão do avanço tecnológico, provocam as ondas de imigração.

O autor, durante o desenvolvimento de sua pesquisa, aponta três importantes áreas para o novo contexto global, América do Norte, região do Pacífico e União Europeia. Importante é ressaltar que a 17ª edição da obra, aqui escolhida, ocorreu antes das eleições dos EUA de novembro de 2016 e do resultado do plebiscito no Reino Unido sobre a permanência ou não na União Europeia.

De todo modo, os fatores que impulsionam estas áreas para serem condutoras da onda informacional e da globalização da economia são sua capacidade tecnológica, somada a uma grande mercado consumidor, com suas políticas públicas desenvolvimentistas.

Castells demonstra, mediante relatórios analíticos , a concentração clara da economia mundial no G-7, grupo formado pelas sete maiores economias mundiais Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido – mais a União Européia, com cerca de 90%(noventa por cento) da industria mundial de computação.

Nesses países, mais China, Rússia e alguns da America Latina, surgem as empresas em rede que, desde os anos de 1970, vivem uma integração com o desenvolvimento tecnológico e sua adequação aos novos processos de controle e trabalho, bem como a internacionalização da produção e do ritmo acelerado de mudanças e adaptações.

Na produção das empresas, o modelo antigo passa a ser flexível, em virtude da imprevisibilidade mercadológica e da constante evolução tecnológica dos produtos e serviços. A nova realidade estrutural das empresas permite adequação rápida a estas variações. Adicionando-se à nova realidade empresarial, temos maior interação e negócios das grandes cooperações e empresas locais; é acrescido ainda constante controle de qualidade para atender o mercado consumidor e a necessidade de redução de custos.

Na visão do autor, é cada vez mais difícil a sobrevivência de empresas, grandes , médias ou pequenas, fora da rede. A nova estrutura organizacional, de hierarquia horizontal, organização e gerenciamento dos processos, somados à internacionalização das empresas e à necessidade de se manter conectada entre seus componentes e o mercado, constituem fator condicionante à permanência na economia.

Castells, ao citar o ensaio clássico de Max Weber sobre *The Protestant Ethic and The Spirit of Capitalism* procura introduzir elementos necessários, para o espírito do informacionalismo e o novo modo de desenvolvimento como ele apresenta, afinal não estamos diante de empresas familiares isoladas ou Estados com autonomia sobre suas economias, mas perante um conceito novo, global, em rede.

Ele faz questão de lembrar que, durante o período de desenvolvimento do informacionalismo, o capitalismo embora em modalidades diferentes da análise de Weber, ainda continua sendo o *modus operandi* predominante.

Castells, conclui o capítulo, citando Weber:

A moderna ordem econômica...agora está ligada às condições técnicas e econômicas da produção mecânica que, hoje, determina a vida de indivíduos nascidos nestes mecanismo, não apenas aqueles diretamente preocupados com a aquisição econômica, com a força irresistível...O interesse em bens exteriores seria algo que repousa apenas nos ombros de um *santo, como um manto leve, que pode ser tirado a qualquer momento*. Mas quis o destino que o manto se tornasse uma gaiola de ferro...Hoje o espírito do ascetismo religioso...fugiu da gaiola. Mas o capitalismo vitorioso, uma vez que se baseia em fundamentos mecânicos, não precisa mais do

seu apoio....Ninguém sabe quem habitará essa gaiola no futuro, ou se no final desse enorme desenvolvimento surgirão profetas inteiramente novos, ou se haverá um grande renascimento das velhas ideias, ou - se nada disso ocorrer – uma petrificação mecanizada, enfeitada com uma espécie de autoimportância convulsiva. Pois sobre este último estágio desse desenvolvimento cultural, talvez se pudesse afirmar: *Especialistas sem espírito, sensualistas sem coração; essa nulidade imagina ter atingido um nível de civilização jamais alcançado.*” (2016, p. 261)

Continuando sua obra, Castells analisa a transformação do mercado de trabalho e as importantes tendências apontadas pelo informacionalismo em uma reflexão sobre a estrutura de emprego nos países do G7, com a evolução do mercado de trabalho de 1920 a 2005, países estes em profunda migração dos postos de trabalho para o novo modelo, com o desaparecimento de atividades e o surgimento de profissões e empregos, devidamente adequados ao modelo econômico expresso no novo patamar tecnológico global. Aponta a diminuição e, até mesmo, a extinção de funções mas situa a contrapartida de novas perspectivas de empregado.

A economia global, segundo o autor, passa agora por uma fase pós-industrial. A queda do emprego antes apenas rural (20-70) agora é industrial. A maior parte da população migra para o setor de serviços e a tendência é uma crescente alta no âmbito da tecnologia da informação, o que necessita de maior especialização. As sociedades mais desenvolvidas, aparentemente, fizeram uma migração mais tranquila do sistema antigo para o atual, mas a adequação não é, segundo Castells, uma característica apenas destas sociedades, porquanto países em desenvolvimento, com políticas corretas, podem também se adequar.

Apesar de colocar o emprego assalariado como força de trabalho constante das economias avançadas, o autor demanda uma visão diferenciada dos padrões estruturais, em decorrência da atuação das redes e flexibilização dos postos de trabalho, o surgimento de postos de trabalho autônomos e situações profissionais mistas, se refere a um ponto interessante, quando destaca que nas sociedades da tecnologia da informação, o perfil profissional, será muito diverso do imaginado.

A seguir, Castells discorre sobre o aumento dos empregos públicos, principalmente na área de educação, e a nova estrutura projetada para o mercado de trabalho dos EEUU na estrutura informacional com a diminuição do emprego rural, o declínio lento do contrato de trabalho industrial, o crescimento das ocupações em serviços relacionados com saúde educação e a absorção da baixa qualificação pelos setores varejistas e de serviços.

Continuando Castells aponta a possibilidade de empregos globais em empresas multinacionais, em que, estas podem optar pela manutenção de empregados qualificados e

trabalhar com operários de baixo custo em diversos pontos do Planeta, e também automatizar tarefas, para obter alto rendimento da força de trabalho.

Um ponto muito interessante da obra de Castells é na resposta à questão sobre “*os feitos da tecnologia da informação sobre o mercado de trabalho: rumo a uma sociedade sem empregos?*” (Pag 313). Em sua análise, o autor aponta que em paralelo à diminuição dos postos de trabalhos na area rural na Inglaterra, no transcurso do século XX, o aumento da produtividade *per capita* aumentou muito, assim como a extraordinária transformação da economia dos EEUU durante o século XX (Pag. 313) substituindo, os trabalhadores rurais pela tecnologia, mas com o aumento de mais de 100 milhões de postos de trabalho.

Diante de um estudo dos anos 1980, Castells cita Kaplinsky:

Quando os estudos individuais oferecem alguma informação clara sobre a questão, parece que os macro/microestudos quantitativos levam a conclusões fundamentalmente diferentes. As investigações e processos e fábricas em geral parecem apontar para uma significantes dispensa da mão de obra. Por outro lado, as simulações em âmbito nacional levam, com mais frequência, à conclusão de que não há nenhum problema significativo em vista, no que diz respeito ao emprego. (Pag. 314)

O autor exprime que o pânico gerado por uma eventual sociedade sem empregos, não merece prosperar, uma vez que não há eliminação de empregos pelo desenvolvimento tecnológico e pela globalização, mas sim de uma transformação de toda uma cadeia, com o importante surgimento do processo individual do trabalho e a criação de jornadas flexíveis, para as diversas categorias laborais.

Defende o autor o argumento que a sociedade, em relação ao emprego nestes novos, tempos mais uma vez, ficou dividida, como na maior parte da história humana (pag.345), entre vencedores e perdedores da contínua negociação desigual e individual. Aponta a fragilidade dos trabalhadores, mas ressalta na mesma página a sociedade em rede e as opções do novo processo:

Lá no fundo da estrutura social incipiente, o trabalhador informacional desencadeou um processo mais fundamental;a desagregação do trabalho, introduzindo a sociedade em rede.

A nova estrutura em rede desencadeou a mudança do trabalho. O desemprego na Europa e nos Estados Unidos ocorre na maneira estrutural, com a queda de salários e o aumento da instabilidade, porém enseja novas oportunidades, em virtude do aumento grandioso de condições de trabalho mais flexíveis. O trabalhador, no entanto se faz refém das empresas.

Ao falar sobre a cultura da virtualidade real, Castells evoca a ideia de que “Por volta do ano 700 a.C, ocorreu um importante invento na Grécia: o alfabeto” (pag. 413) que segundo estudiosos clássicos, serviu de base para o desenvolvimento da Filosofia ocidental e da Ciência como conhecimento da forma conhecida. A ordem alfabética da época separava a comunicação escrita da visual, e hoje uma transformação da mesma magnitude está ocorrendo, porquanto existem agora, um “hipertexto e uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana.” (pag.414), surge segundo o autor uma outra cultura: a virtualidade real.

Apos a Segunda Guerra Mundial conforme Manuel Castells, a televisão foi responsável por criar uma galáxia de comunicação (pag.414), mudando completamente a formatação dos meios de comunicação, existentes. Do rádio ao cinema, tudo passou a ter novo significado, pois a mídia impressa deixou de ser a primeira opção.

A televisão diferente das novas mídias, é um instrumento de comunicação sem a interação dos emissores e os receptores, apesar de poder se supor a possibilidade de grandes impactos sociais. O autor cita W.Russel Neuman:

As descobertas acumuladas em cinco décadas de pesquisa sistemática de ciências sociais revelam que a audiência da mídia de massa, seja ou não constituída de jovens, não está desamparada e a mídia não é todo poderosa. A teoria em evolução sobre os efeitos modestos e condicionais da mídia ajuda a relativizar o ciclo histórico do pânico moral a respeito do novo meio de comunicação.” (Pag 419)

Segundo Castells, as novas *media*, intermediadas pelos computadores, permitem uma interação constante. Criados pelo impulso estatal, a sociedade lapidou a internet, centro atual de todas as comunicações, das antigas mensagens cuja preocupação da inteligência estadunidense era a de criar um sistema invulnerável de comunicação, com mensagens a serem acessadas de variados locais. Em 2007 a estimativa foi de 878 milhões de computadores conectados à rede.

As consequências desta interatividade estão em curso, mas uma das características desta nova revolução é o individualismo. Consoante leciona Castells, culturas consistem em processos de comunicação, baseadas em consumo de sinais. Estamos diante da elaboração da realidade virtual, em que a segmentação dos usuários pode estabelecer um modo interessante de consumo, ante a possibilidade da segmentação do mercado, ao mesmo tempo em que embaralha os conteúdos, como notícias, educação etc....

Nesta nova cultura, todas as mensagens são incluídas no mesmo texto, toda a experiência humana (Castells 455), do passado, presente e futuro, da elite à massa popular.

A economia é organizada em distintos centros de controle que podem comandar e organizar as atividades das empresas, dos serviços simples aos mais complexos, tudo em um imenso fluxo de informações nos nós das redes interconectadas.

Os serviços interconectados criam também outras funções para as principais estratégias das grandes cidades conectadas, excluindo as que não estão em rede:

A combinação de dispersão espacial e integração global, criou novo papel estratégico para as principais cidades. Além de sua longa história como centros de comércio e atividades bancárias internacionais, essas cidades agora funcionam em quatro novas formas: primeira, como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial; segunda, como localizações-chave para empresas financeiras e de serviços especializados...;terceira, como locais de produção, inclusive a produção de inovação nesses importantes setores, e quarta, como mercados para os produtos e as inovações produzidas” (SASSEN apud Castells, pag.470)

Temos, portanto, segundo o autor, o surgimento de dois espaços distintos – o conectado e o desconectado, rumando para destinos diversos.

O tempo está se transformando. Castells afirma que o capitalismo conhece o fluxo de capitais em tempo real. A sucessão de fatos agora é a sobreposição destes e a velocidade nas transações é crucial para o sucesso ou fracasso das negociações. Lances errados podem acabar com economias inteiras em fração de segundos. Mais uma vez, o autor retorna ao mercado de trabalho e à desestabilização dos sistemas previdenciários, ante a nova maneira de trabalho e o encurtamento do tempo real de serviço.

Por fim, em toda sua obra, Manuel Castells vislumbra as inúmeras novas possibilidades de um novo sistema, concluindo que os processos cada vez mais se organizam, e novas são as morfologias sociais (pag 553). As redes agregadas às economias capitalistas ensejam macroprocessos remodeladores das sociedades. Uma nova economia se apresenta global , mediante grandes fluxos de troca de valores e informação. O capital circula em um tempo inovador e é investido por todo o Globo em diversas atividades com os lucros realimentando a rede. Contradizendo as profecias, o emprego permanece, se harmoniza à nova realidade e propicia oportunidades jamais vistas para pessoas mais velhas, porém individualiza os valores e as capacidades. Capital e trabalho não coexistem, obrigatoriamente, no mesmo espaço.

4 GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

4.1 GLOBALIZAÇÃO-AS CONSEQUÊNCIAS HUMANAS-ZYGMUND BAUMAN³⁴

A obra de Zygmund Bauman exprime uma análise sobre o processo da globalização moderna. Ele introduz sua obra expondo a ideia que o que pode ser por demais benéfico para alguns vai de encontro às necessidades de outros:

A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” — e isso significa basicamente o mesmo para todos (2014, pag 7).

Após a fase introdutória o polonês dispõe sobre o tempo e as classes, e inicia sua análise sobre as empresas atuais e sua facilidade de se instalar com suporte nos diversos locais onde exerce suas atividades: “A companhia pertence às pessoas que nela investem—não a seus empregados, fornecedores ou à localidade em que se situa”. (DUNLAP apud Bauman, 2014, pag. 13). O que está em voga não é só a situação de pertencer apenas como uma definição legal da propriedade mas sim o direito de descartar, declarar irrelevante e ter, sim, o controle total da situação sobre uma determinada empresa.

Ao contrário dos funcionários presos a determinadas localidades em consequência da necessidade do emprego, sem a mobilidade de ir e vir, uma vez que os controladores decidam encerrar a atividade empresarial, nada restará aos funcionários além das consequências do fim da companhia naquele local.

Não existe mais a referência territorial das companhias, as fronteiras continuam sendo um fenômeno de classes e estão presas a elas as pessoas restritas por sua classe social inferior, sem a liberdade de navegar livremente, não compartilhando de um espaço sem restrições.

Segundo Bauman (pag.16), uma das grandes riquezas atuais, privilégio de poucos, é a mobilidade, pois ser extraterritorial é um privilégio de uma elite:

³⁴ Todas as citações deste capítulo são da obra intitulada Globalização as consequências humanas, com referência as páginas. BAUMAN, Zygmund. **Globalização as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ed., 2014

No mundo pós-guerra espacial, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial. E para aqueles no topo da hierarquia, a liberdade de movimento traz vantagens muito além daquelas resumidas na forma de Dunlap.

A grande questão é que os avanços, consoante o autor, permitiram afastar, conflitos, solidariedades e a administração para além do olho humano. As elites escolheram o isolamento e pagam por ele, prodigamente, e de boa vontade.

A mobilidade criada para alguns com o advento da internet tornou-se um confinamento para outros, Bauman “em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la.”(Pag.25) Fica clara para o autor a impotência de alguns ante a flexibilidade atual.

Ao afirmar que o “espaço social” nasceu na cabeça dos sociólogos, Bauman exprime a ideia de que hoje, a experiência do espaço físico é objetiva “a medimos com a extensão do Equador e não com o tamanho das partes do corpo humano”. Desta maneira, o que pode ser por demais claro para alguns é distante é ilegível para outros. Antes as medidas das divisões de espaço eram universalmente impostas pelo Estado.

Desta maneira, hodiernamente, na lição de Bauman:

Não admira que a legibilidade do espaço, sua transparência, tenha se transformado num dos maiores desafios da batalha do Estado moderno pela soberania de seus poderes. Para obter controle legislativo e regulador sobre os padrões de interação e lealdade sociais, o Estado tinha que controlar a transparência do cenário no qual vários agentes envolvidos na interação são obrigados a atuar. A modernização dos arranjos sociais promovidos pelas práticas dos poderes modernos visava ao estabelecimento e perpetuação do controle assim entendido. Um aspecto decisivo do processo modernizador foi portanto a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço. O que estava em jogo na principal batalha dessa guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo. (Ibid, 2014,p.32)

Na obra de Bauman, o espaço físico não é mais visto como antes, pois as elites criam estratégias de controlar sem ser vista. O ordenamento territorial não existe do jeito anterior e grandes são as dificuldades de impor restrições e tributos.

Nessa etapa Bauman fala da ruptura clara entre o Estado-Nação e a economia. A questão passa a ser o que vem depois:

Numa geração anterior, a política social baseava-se na crença de que as nações, e dentro delas as cidades, podiam controlar suas riquezas; agora, abre-se uma divisão entre Estado e economia. (SENETT apud Bauman, 2014,pág. 55)

A mobilidade de empresas, como explanado nos capítulos iniciais da obra, retornam agora, não mais apenas como uma questão individual dos trabalhadores trancafiados em sua localidade, mas do Estado-Nação com a herança do problema social deixado. Ele se exprime assim:

Nas palavras de G.H. von Wright, a “nação-estado parece que se está desgastando ou talvez 'definindo'. As forças erosivas são transnacionais.” Uma vez que as nações-estados continuam sendo as únicas estruturas para um balanço e as únicas fontes de iniciativa política efetiva, a “transnacionalidade” das forças erosivas coloca-as fora do reino da ação deliberada, proposital e potencialmente racional. (WRIGHT apud Bauman,2014, pag 55)

A falta de identidade geográfica faz com que as empresas, antes símbolos nacionais e de centros capitalistas, procurem mão de obra barata e, conseqüentemente mudem a localização do capital. Não se pode mais ter a idéia de pertença de uma determinada empresa a um Estado.

O autor continua o capítulo, explicando o final dos blocos de poder e o alerta para o futuro desconhecido:

A “nova desordem mundial” dos dias de hoje não pode ser explicada meramente pela circunstância que constitui a razão mais óbvia e imediata da sensação de pânico e perplexidade: a saber, a confusão de “dia seguinte” produzida pelo fim abrupto do Grande Cisma e o súbito colapso da rotina política dos blocos de poder — mesmo que tenha sido esse colapso que deu o alerta da “nova desordem”. (Ibid,p.57)

Não há mais uma ordem interna, muito menos externa, segundo o Bauman (pag. 58) “ Esta nova e desconfortável percepção das *coisas fugindo ao controle* é que foi articulada (com pouco benefício para a clareza intelectual) num conceito atualmente na moda: o de globalização”. O ponto da soberania estatal diante do cenário instável da globalização cria morte de alguns Estados, sem recursos fragmentando seu poder político e o controle econômico. Problemas paralelos à fome não são noticiados pela mídia, pois não se fala em violência doméstica, analfabetismo etc... Não há, na opinião do autor, a expectativa de que o Estado exerça suas funções “ outrora consideradas a razão de ser das burocracias da Nação-Estado”:

Nas palavras de John Kavanagh, do Instituto de Pesquisa Política de Washington, A globalização deu mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar dinheiro mais rápido. Esses indivíduos utilizam a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez e especular com eficiência cada vez maior. Infelizmente, a tecnologia não causa impacto nas vidas dos pobres do mundo. De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial. (KAVANAGH apud Bauman, 2014 p. 69)

No título “Turistas e Vagabundos”, na obra de Zygmund Bauman, o autor aponta a existência dos dois personagens da globalização do mundo de consumo. Inicialmente, temos o cidadão do Primeiro Mundo, com liberdade e recursos de viajar e escolher o que consumir; o segundo é segregado a seu espaço limitador e condicionado pela mídia, sem poder escolher da mesma forma que os primeiros:

Como todas as outras sociedades, a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada. Mas é possível distinguir um tipo de sociedade de outro pela extensão ao longo da qual ela estratifica seus membros. A extensão ao longo da qual os de “classe alta” e os de “classe baixa” se situam numa sociedade de consumo é o seu grau de mobilidade — sua liberdade de escolher onde estar. Uma diferença entre os da “alta” e os da “baixa” é que aqueles podem deixar estes para trás, mas não o contrário. As cidades contemporâneas são locais de um “apartheid ao avesso”: os que podem ter acesso a isso abandonam a sujeira e pobreza das regiões onde estão presos aqueles que não têm como se mudar” (Ibid,pag 83.)

A grande questão é que não pode haver turistas sem vagabundos; e o ficar parado em um mundo em constante movimento é uma prisão moderna, pois a globalização roda apenas em torno dos desejos e necessidades dos turistas e um dos seus efeitos é o surgimento de vários outros vagabundos, que são:

Vagabundos são viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas. Não se permite nem que fiquem parados (não há lugar que lhes garanta permanência, um fim para a indesejável mobilidade) nem que procurem um lugar melhor para ficar. Uma vez liberado do espaço, o capital não precisa mais da mão-de-obra itinerante (enquanto sua mais avançada e emancipada vanguarda high-tech sequer precisa de mão-de-obra alguma, móvel ou fixa). E assim a pressão para derrubar as últimas barreiras ao livre movimento do dinheiro e das mercadorias e informação que rendem dinheiro anda de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas (chamadas de leis de “imigração” ou de “nacionalidade”) que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes. Sinal verde para os turistas, sinal vermelho para os vagabundos. (Ibid,p.90)

Antes tais colocações de incertezas do processo globalizatório, o autor apresenta no último capítulo a discussão sobre as ordens locais ante uma lei global. Afinal, o que está em jogo hoje é tornar as condições interessantes para os investidores, logo, a lei imperativa deve seguir a vontade global:

O que está em jogo hoje”, disse Tietmeyer, “é criar condições favoráveis à confiança dos investidores.” E prosseguiu explicando que condições seriam essas, de novo de forma rápida e sem muita argumentação, como quando se falam coisas consideradas evidentes para todos no momento em que são proferidas. Para tornar os investidores confiantes e encorajá-los a investir.(Ibid,p.99)

Para o autor, a ideia de flexibilidade, “esconde sua natureza de relação social, o fato de que demanda a redistribuição de poder e implica uma intenção de expropriar o poder de resistência daqueles cuja rigidez está a ponto de ser superada”(pag.100), ou seja, a flexibilização da mão de obra existe em decorrência do mercado e tão somente do interesse dos investidores.

O autor encerra o capítulo afirmando que “há essa tremenda vantagem de que desfruta a nova elite global ao enfrentar os guardiães da ordem: as ordens são locais, ao passo que a elite e as leis do livre mercado a que obedece são translocais”(Pag.119).

Encerrando a análise de Zygmund Bauman, citando o próprio:

(...)no cabaré da globalização, o estado passa por um strip tease e no final do espetáculo e deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação estado torna-se um mero serviço de segurança para megaempresas. (Ibid. p. 74)

4.2 A GLOBALIZAÇÃO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS-BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS³⁵

Em sua obra, o professor Boaventura de Sousa Santos expressa um exame sabiamente lúcido, ao apontar a diversidade do fenômeno da globalização e suas múltiplas abordagens possíveis, defendendo a ideia que “nos encontramos num período de transição e proponho uma teoria mundial em transição”(2002,pag. 15)

Segundo o cientista português nas últimas décadas, as interações transnacionais se intensificaram de maneira dramática com a disseminação das informações, o fluxo das pessoas, os meios de comunicação, levando alguns autores a pensar que ocorrera uma ruptura com as relações anteriores e interações das fronteiras.

O fenômeno no entanto, na visão do autor é muito além das relações fronteiriças:

Uma revisão dos estudos sobre os processos de globalização mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Por esta razão, as explicações monocausais e as interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas. Acresce que a globalização das últimas três décadas, em vez de se encaixar no padrão moderno ocidental de globalização-globalização como homogeneização e uniformização-sustentado tanto por Leibniz, como por Marx, tanto pelas teorias de modernização, como pelas teorias do desenvolvimento dependente, parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras

³⁵SANTOS, Boaventura de Souza (org.). “Os processos de Globalização” *in* A Globalização e as Ciências Sociais, São Paulo: Cortez, 2002, pp. 25-102.

nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro. Além disso, interage de modo muito diversificado com as outras transformações do sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional, etc... (2002, p.26)

A globalização no pensamento de Santos não é consensual, mas sim um “intenso campo de conflitos entre diferentes grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos”.(Pag. 26) Os interesses dos mais ricos atuam na base de do fenômeno. Atenta ele para a noção de que o século XX foi dominado durante grande parte pelo conflito entre a revolução e o reformismo. O colapso da União Soviética e a queda do muro de Berlim, significaram o fim do paradigma revolucionário. A questão social é, a partir de agora, não uma questão política, e sim técnica. Ela não é mais do que a repetição acelerada das relações cooperativas entre grupos sociais e entre Estados. (2002,p.28)

O tema das novas relações trabalhistas na globalização foi apontado pelo autor mediante uma citação de Froebel, Heinrichs e Kreye(1980), para quem,

“Os principais traços desta nova economia mundial são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias da informação e da comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais” (2002,p. 28)

Boaventura de Sousa Santos aponta como uma das mais graves consequências da globalização econômica neoliberal a enorme concentração de renda das grandes empresas multinacionais, que hoje se posicionam entre as maiores economias mundiais e a subordinação dos Estados nacionais às agências de regulação, como FMI e OMC.

Em decorrência das crescentes desigualdades, da concentração de renda e do enorme poder de influência das grandes empresas, temos o surgimento de uma classe capitalista transnacional “cujo campo de reprodução social é o globo, enquanto tal e que facilmente ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores.”(2002,pag.31)

Na compreensão do autor a nova divisão internacional do trabalho, somada à política econômica pró-mercado, comprimiram a autonomia política e soberana efetiva dos Estados periféricos e semi periféricos. Este influxo negativo no contexto internacional na regulamentação internacional “mais do que um fenômeno novo, é inerente ao sistema interestatal moderno e está inscrito no próprio Tratado da Westphalia”(pag 36). O ponto é que

a soberania agora não está somente ameaçada por outros Estados, mas protegida pela regulamentação internacional. A questão é a ameaça “por agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais”(2002, p.37)

Boaventura traz a discussão em sua obra dos três componentes do Consenso de Washington (pag.41): o consenso do Estado fraco; o consenso da democracia liberal; e o consenso do primado do Direito e do sistema judicial, demonstrando a ideia central sobre o consenso do Estado fraco:

O consenso do Estado fraco é, sem dúvida, o mais central e dele há ampla prova no que ficou descrito acima. Na sua base está a ideia de que o Estado é o oposto da sociedade civil e potencialmente seu inimigo. A economia neoliberal necessita de uma sociedade civil forte e para que ela exista é necessário que o Estado seja fraco. O Estado é inerentemente opressivo e limitativo da sociedade civil, pelo que só reduzindo o seu tamanho é possível reduzir o seu dano e fortalecer a sociedade civil. Daí que o Estado fraco seja tendencialmente o Estado mínimo. Esta ideia fora inicialmente defendida pela teoria política liberal, mas foi gradualmente abandonada à medida que o capitalismo nacional, enquanto relação social e política, foi exigindo maior intervenção estatal. Deste modo, a ideia do Estado como oposto da sociedade civil foi substituída pela ideia do Estado como espelho da sociedade civil. A partir de então um Estado forte passou a ser a condição de uma sociedade civil forte. O consenso do Estado fraco visa repor a ideia liberal original.

A existência do Estado, porém, na Era da Globalização das comunicações, também é um fato social a ser estudado. Segundo Boaventura, a nova época permite que o antes romântico período da televisão agora através do mundo pós-eletrônico ,transforme a imaginação num fato social coletivo, passando a fazer parte do dia a dia das pessoas, transpondo barreiras territoriais.

Com efeito, de acordo com Boaventura, para se determinar a natureza das globalizações, não se pode trazer a falsa ideia de um fenômeno “linear, monolítico e inequívoco” (2002,p. 49):

Aparentemente transparente e sem complexidade, a ideia de globalização obscurece mais do que esclarece o que se passa no mundo. E o que obscurece ou oculta é, quando visto de outra perspectiva, tão importante que a transparência e simplicidade da ideia de globalização, longe de serem inocentes, devem ser considerados dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas.

Das intencionalidades o autor sugere a atenção a duas delas – a primeira segundo sua denominação (pag. 50), é a falácia do determinismo, que consiste na noção de que a globalização é um fenômeno espontâneo:

Nesta falácia incorrem não só os embaixadores da globalização como os estudiosos mais circunspectos. Entre estes últimos, saliento Manuel Castells para quem a globalização é o resultado inelutável da revolução das tecnologias da informação. Segundo ele, a nova economia é informacional porque a produtividade e competitividade assentam na capacidade para gerar e aplicar eficientemente informação baseada em conhecimento e é global porque as atividades centrais da produção, a distribuição e do consumo são organizadas à escala mundial. A falácia consiste em transformar as causas da globalização em efeitos da globalização.

A segunda intencionalidade é a falácia do desaparecimento do Sul, e, mais uma vez, cita Castells (pag. 52) para quem:

(...)a globalização pôs fim à ideia de Sul e mesmo a ideia de terceiro Mundo, na medida em que é cada vez maior a diferenciação entre países e no interior de países, entre regiões. Segundo ele, a novíssima divisão internacional do trabalho não ocorre entre países, mas entre agentes econômicos e entre posições distintas na economia global que competem globalmente, usando a infraestrutura tecnológica da economia informacional e a estrutura organizacional de redes e fluxos. Neste sentido deixa igualmente de fazer sentido a distinção entre centro, periferia e semiperiferia no sistema mundial. A nova economia é uma economia global distinta da economia mundo. Enquanto esta última assentava na acumulação de capital, obtida em todo o mundo, a economia global tem a capacidade para funcionar como uma unidade em tempo real e à escala planetária. Sem querer minimizar a importância das transformações em curso, penso, no entanto, que Castells leva longe demais a imagem da globalização(...)

Boaventura (pag.55) ressalta “a grande maioria da população mundial sofre as consequências de uma modernidade ou de uma globalização nada reflexiva” e a contradição entre Estado-Nação e o não-Estado transnacional. Para alguns autores, segundo ele:

(...)o Estado é uma entidade obsoleta e em vias de extinção e para outros o Estado continua a ser a entidade política central, não só porque a erosão da soberania é muito seletiva como, sobretudo, porque a própria institucionalidade da globalização-das agências financeiras multilaterais a desregulação da economia é criada pelos Estados nacionais.

Consoante o intelectual lusitano, cada uma destas posições “capta uma parte do processo em curso”. O sistema mundial em transição é constituído por três constelações de práticas coletivas; a constelação de práticas interestatais; a de práticas capitalistas globais e a de práticas sociais e culturais transnacionais.(2002, pag.56)

Na sua complexa análise, continua “fatiando” e classificando a multiversidade de processos na globalização. Define a produção da globalização como:

(...)o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras

nacionais e , ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival. (2002, p. 63)

Ressalta a primeira forma de globalização como o *localismo globalizado*, que consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso,

(...) seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food americano* ou da sua música popular, ou a adoção mundial das mesmas leis de propriedade intelectual, de patentes ou de telecomunicações promovida agressivamente pelos EUA. (2002, p.65)

Continua expondo como um dos debates centrais a questão de saber se existe uma ou várias globalizações. Aponta Boaventura que, para a maioria dos autores, só há uma globalização – a capitalista neoliberal e, desta maneira, não faz sentido a distinção entre globalização hegemônica e contra-hegemônica, pois não se pode melhorar “o nível de vida da esmagadora maioria da população mundial (pelo contrário, contribui para a sua piora)”(pag.73), e, em face disso, a resistência mais eficaz contra a globalização é a promoção de economias locais e comunitárias, de pequena escala, “ligadas a forças superiores, mas não dependentes delas”:

Segundo esta concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, a resposta contra os seus malefícios não pode deixar de ser a reterritorialização, a redescoberta do sentido do lugar e da comunidade, o que implica a descoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade.(2002,p.73)

Na inteligência do cientista luso também é necessário, após definir globalização como “conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais”, entender as entidades e os dominantes (globalizados) e os dominados (localizados) em uma alusão clara ao pensamento de Bauman, ao definir os turistas e os vagabundos.

Ao responder no final do seu estudo à pergunta “para onde vamos”? (pag.89) Boaventura de Sousa Santos, foi categórico:

O sistema mundial e transição é muito complexo porque constituído por três grandes constelações de práticas-práticas interestatais, práticas capitalistas globais e práticas sociais e culturais transnacionais;profundamente entrelaçadas seguindo dinâmicas indeterminadas. Trata-se, pois, de um período de grande abertura e indefinição, um período de bifurcação cujas transformações futuras são imperscrutáveis. A própria natureza do sistema mundial em transição é problemática e a ordem possível é a desordem.(2002,p.89)

5 CONCLUSÃO

A corrida do homem à lua segundo Hanna Arendt (**Condição Humana**), mais do que uma conquista tecnológica, exprimia a satisfação do homem em se libertar do planeta Terra e vislumbrar novos horizontes.

O sentimento de libertação deve ser visto também como uma angustia; descobrir caminhos, em vez de pavimentar os percorridos, por diversas vezes, é mais fácil. O movimento nômade da humanidade não é mais somente físico, está diante das telas de computador e aplicativos, aos milhões, mudanças na ordem social, cultural e também legal – tudo ocorre simultaneamente, de maneira multifacetada como exposto por Boaventura dos Santos e sua complexa e fragmentada análise do fenômeno da globalização.

Nos últimos 20 anos, o mundo passa por mudanças constantes e em velocidade assustadora, mas que podem ser acolhidas de *muito bom tom*, se o homem entender que essa transição, seja ela econômica, ambiental ou humanitária, pode ser um marco inicial e a formação de uma sociedade melhor e mais justa.

As evoluções históricas anteriores ocorriam lentamente. As perspectivas dos pequenos grupos eram dizimadas mediante a força e o silêncio sobre essas ações brutais, o que era recorrente. Hodiernamente, no entanto não se pode calar, nem esperar a manipulação por pequenos grupos, pois a revolução das mídias, expressas por Castells e Boaventura dos Santos, permite a interação imediata do receptor e as informações são transmitidas na imensa maioria das vezes isentas de qualquer tipo de censura.

Após a análise das obras neste trabalho, podemos concluir que com todas as suas complexidades, o processo de globalização é irreversível. Não é pois, um processo apenas da evolução tecnológica que acompanha as últimas décadas. A integração planetária ocorre há séculos e o fator diferente é a velocidade do desenvolvimento deste processo. Não falamos mais de papiros e manuscritos, mas de troca de dados em velocidade quase que instantânea. Como toda revolução na história humana, no entanto, temos fortes correntes contrárias, que procuram de alguma maneira evitar a continuidade da evolução tecnológica e social nas diversas modalidades como estas se exprimem.

O processo não está sendo conduzido da maneira correta. Afinal centenas de milhões de pessoas dependem dos Estados e os Estados esperam pelos contribuintes e instituições privadas, em um ciclo complexo e secular.

A busca frénética das empresas transnacionais em maximizar seus ganhos, pagar menos impostos, encontrar mão de obra barata, pode ter sido, não fatal, mas muito prejudicial

ao processo, que, de modo algum é somente econômico. A humanidade deve ser devolvida a ela mesma e se deve aproveitar a mudança que bate as suas portas para beneficiá-la, não somente manipulá-la, na busca do ganho rápido de capital.

Diferente das empresas, os países têm muita dificuldade para se organizar internamente e em consequência no novo contexto mundial, surgem diferenças cada vez maiores entre ricos e pobres, conforme demonstrado por Bauman e Boaventura dos Santos.

Ademais, os interesses globais e das poderosas empresas e conglomerados transnacionais³⁶ têm cada vez mais influência negativa no planejamento e realização de políticas internas, inclusive pelo fato de grande parte das obras de desenvolvimento contar com apoio de fundos e instituições estrangeiras que, evidentemente, tendem a resguardar seus interesses e os preceitos dos seus investidores.

Com efeito é impossível pensar em planejamento simplesmente internalizando as políticas dentro dos Estados. Os interesses, vão além, a captação de recursos, a capacitação tecnológica, os proveitos internacionais, todos compõem as “redes” não só de informação, mas também de cooperação e coexistência.

Planejar e desenvolver ações que sejam importantes para a coletividade é um propósito cada vez mais complexo. Distintos interesses estão em constante conflito e as instituições políticas ainda tentam se organizar na nova dinâmica de interconectividade.

Talvez já não sejamos mais capazes de formar uma opinião pública, mesmo que tenhamos a liberdade de apregoar livremente as opiniões privadas, reduzidas a pílulas e lançadas Globo afora em milhares de tuitos diários³⁷Ezio Mauro

Há uma clara divisão entre aqueles que participam da globalização e os que estão a margem dela. Turistas e vagabundos, para Bauman, localizados e globalizados, para Boaventura dos Santos, de realidades distantes, porém dependentes entre si; afinal, mesmo

³⁶ Transnacionais; As transnacionais correspondem às corporações industriais, comerciais e de prestação de serviços que atuam em distintos territórios dispersos no mundo. Nesse caso, ultrapassam os limites territoriais dos países de origem das empresas. Os investimentos dessas empresas são altíssimos, uma vez que a matriz emite os recursos para as filiais localizadas em muitos países pobres. Nesses países, as transnacionais exercem funções importantes como acelerar o desenvolvimento industrial, além de gerar postos de trabalho. No entanto, essas empresas não têm objetivo social no momento em que se instalam em um determinado país. Pelo contrário, para sua instalação acontecer, o governo oferece uma série de benefícios e incentivos, tais como isenção parcial ou total de tributos, até mesmo dos lucros. Esses países se submetem a essas exigências a fim de atrair novos investimentos estrangeiros e também garantir a permanência das empresas. <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/transnacionais.htm>

³⁷ BAUMAN, Zygmund, Ezio Mauro. **Babel: Entre a Certeza e a esperança**. Rio de Janeiro. Zahat, 2016.

nos países desenvolvidos ou centrais, como diz Boaventura, há uma grande ruptura com os grupos de pessoas com grande poder na ordem social estabelecida. O que ela irá significar na revolução informacional apresentada por Manuel Castell ainda é incerto.

Os recentes acontecimentos de 2016, citados no segundo capítulo, o chamado Brexit (Britain Exit), e o resultado da eleição dos EEUU com a escolha de Donald Trump em decisões apertadíssimas, demonstram que dois dos grandes centros do processo de globalização moderno encontram uma resistência interna muito grande, o que pode significar um momento de readequação na ordem mundial, a ser percebido nos próximos anos.

Por anos, a população interna de vários Estados passou afastada do processo de globalização e seu significado, envolvida apenas nas peculiaridades do seu Estado-Nação, suas regras, práticas religiosas e costumes. O fenômeno da globalização e os que dela se beneficiam era discutido e repensado por poucos, porém sentimentos nacionalistas passaram a fazer frente à prática globalizada e o rápido fluxo das informações da sociedade em rede parece ter provocado uma reação em cadeia de fato inesperada. Junto com o desenvolvimento vêm a educação e o saber, conseqüentemente surgem os questionamentos sobre o papel do “eu” indivíduo na sociedade, e a exclusão de muitos pelo e do processo de globalização antes não percebido, agora é temido, trazendo medo e insegurança. Para Ulrich Beck, “(...) pouco me importa aquilo que ignoro”. (Revista Humboldt, n.87, 2003).

Tende-se a manter o antigo em rejeição ao novo e talvez desconhecido, e os que se sentem ameaçados pela globalização se agrupam, para tentar, como exprimiu Boaventura dos Santos, dinamizar sua economia interna e maximizar sua soberania, pois dentro de um território e de sua jurisdição, é muito mais fácil controlar e ordenar o pensamento e o destino das pessoas.

“Se ser local em um mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” segundo Bauman, talvez por isso o nacionalismo e o isolacionismo estejam voltando com tanta força.

Na obra de Bauman, analisada no quarto capítulo desta dissertação o autor exprime que,

(...)os que vivem no espaço cosmopolita dos fluxos financeiros e informacionais, o espaço das elites, já não se sentem mais responsáveis por aqueles que vivem no subsolo do Estado-Nação, desprovidos de identidade profissional e, por isso, de identidade social, política e cívica. (2014)

A reação era de se esperar. A tecnologia tão aplaudida por Castells, produz um conflito diretamente apontado por Boaventura dos Santos e por Bauman, pois em sua obra,

Castells, de maneira clara, revela as inúmeras vantagens da globalização para os países do G7 e os mais desenvolvidos, deixando quase à margem de sua análise os periféricos citados, por Boaventura dos Santos como “vítimas” diretas do processo de globalização e do controle por empresas transnacionais. Segundo Bauman temos uma evidente tensão global na organização interna dos países e dos mercados internacionais.

O problema da mão de obra em face da globalização é notório. Apesar de Castells exprimir que a situação é apenas uma readequação de postos de trabalho e funções, o que se vê na globalização é a exploração mão de obra *versus* capital sair das fronteiras territoriais dos países desenvolvidos para o restante do planeta.

É impossível analisar o desenvolvimento e a globalização sem relembrar o funcionamento do capitalismo, e o pensamento de Karl Heinrich Marx, e sua complexa teoria, mediante a relação da exploração do trabalho, substituição do homem pela máquina com a intenção de baratear custos e aumentar a produtividade do trabalhador, dinamizando o processo.

Em **O Capital**, Marx escreve: "é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando o trabalho vivo e que vive quanto mais trabalho vivo chupa". (C1, 189). O conceito é atual na realidade global da exploração da mão de obra agora no fluxo global, prática esta responsável por consequências humanas, conforme Bauman, desastrosas e um distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres, no pensamento de Boaventura.

Foi preciso Castells em seu pensamento, porque, após a explosão da tecnologia das comunicações, o mundo sem fronteiras passa, sim, a ser cada vez mais “sem fronteiras”, porém Bauman ressalta que os problemas sociais do mundo passam a ser muitos maiores com a globalização. A ausência de fronteiras cria um fosso imenso entre os mais ricos e mais pobres e o discurso do presidente Pepe Mujica (introdução) cada vez mais utópico.

A questão deste diálogo entre globalização, tecnologia e desenvolvimento e descobrir qual a fórmula para equilibrar os interesses locais com os globais.

O mundo está dividido e inseguro. O desafio agora é integrá-lo e equilibrá-lo, mas nunca o distanciamento foi tão grande. A observação permite constatar que os homens são criados entre as regras dos seus Estados e crenças, e que a globalização, além das fronteiras comerciais, situa no mesmo *mix* diversos e inúmeros valores sociais que vão além do *pacta sun servanda*, a ser observado nas relações econômicas e contratos entre os povos e organizações mundiais.

Será necessário para a continuidade do processo solidificar as normas mundiais porquanto a grande questão é a “liquidez”, conforme o conceito da humanidade em Bauman. Nada do que é feito hoje, sem o alicerce necessário, tem consistência no amanhã.

Temos que ter segurança pois “a garantia e o provimento de segurança são a razão primordial, a tarefa suprema e a obrigação inegável do Estado”, (HOBBS apud Bauman), e a segurança deve ser global. A segurança, no entanto, não pode mais ser definida apenas como uma modalidade para preservar a integridade física do cidadão, mas sim a maneira de conservar todo um sistema, pois sem isso não há como garantir o desenvolvimento humano e os sistemas em curso.

Para prosseguir sem a tensão existente, será necessária uma organização legal e burocrática a nível mundial, afinal segundo Max Weber,

“A vinculação do destino material das massas ao contínuo funcionamento correto das organizações capitalistas privadas, ordenadas de forma cada vez mais burocrática, está se intensificando continuamente, e, por isso, torna-se cada vez mais utópica a ideia de sua eliminação (p.222)³⁸”

Mas a questão não é burocratizar territórios diferentes, culturas distintas, pessoas variadas, religiões variadas e leis diversas, mas é realizar uma só diretriz para todo o Planeta e suas infinitas diversidades.

A regulamentação destes avanços entre fronteiras, sejam sociais, morais, comerciais ou religiosos, é absolutamente complexa, mas necessária, porquanto as leis globais de Bauman devem aderir à ideia de um sistema integrado entre diversos Estados, considerando o ainda latente dogma territorial entre as nações.

Pensar nos hodiernos meios de controle e planejamento para uma aplicação na realidade atual pode ferir princípios jurídicos basilares na aplicação de legislação dificuldade latente no processo até então irreversível de interdependência planetária, conforme Zygmund Bauman³⁹:

Contudo não é mais assim. No nosso mundo de interdependência planetário de finanças, capitais de investimento, commodities e informação, realizar a tarefa fica, de maneira obstinada, além do alcance e da capacidade de Estados territorialmente ocupados.

³⁸ Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999

³⁹ Bauman Zygmund, Ezio Mauro. Babel: **Entre a Certeza e a esperança**. Rio de Janeiro. Zahat, 2016.

As reconstruções mundiais seguem modelos preexistentes e, até então, responsáveis pelo sucesso em inúmeros casos. A dificuldade maior é a quebra destes modelos em virtude da nova realidade mundial. A acomodação lenta que a história se permitia, agora é questionável, pois tudo é muito mais rápido e incerto.

Não seria equivocada afirmar que a regulamentação das relações internacionais ainda precisa de vários expedientes para controlar seus negócios e relações e o destino da humanidade, em tempos de fim de paradigmas antes inquestionáveis.

Não interessa a qual corrente ou desafio as pessoas se filiem, se boa ou ruim. A convergência para a mudança deve ser aproveitada. O próprio Norberto Bobbio⁴⁰ já afirmava que ,

(...)só será possível falar legitimamente de tutela internacional dos direitos do homem quando uma jurisdição internacional conseguir impor-se e superpor-se às jurisdições nacionais e quando se realizar a garantia dentro do Estado- que ainda é característica predominante da atual fase- para a garantia contra o Estado.

O momento pode ser agora, afinal o caminhar pela solidificação internacional é irreversível, os sistemas regionais de fortalecimento estão sendo paulatinamente subjugados pelos novos modos de cooperação.

Boaventura dos Santos comentou um tema específico do Brasil, porém de maneira facilmente adaptável à realidade mundial, ele expôs:

Penso que não estamos regressando ao normal; quando muito, teremos uma nova normalidade bastante turbulenta. Será uma democracia de fachada, mas cada vez mais esvaziada; já não uma democracia de baixa intensidade, mas de baixíssima intensidade. Não podemos pensar isso como normalidade, mas como o resultado de um fracasso histórico que é preciso analisar, de modo a encontrar as forças que tornem possível um novo ciclo, mais duradouro, menos frágil, em que as conquistas sejam menos reversíveis. Não sabemos em que condições isso poderá ocorrer, mas com alguma turbulência, implicará uma reforma política, que talvez seja exigida nas ruas, reivindicada pelos movimentos sociais, pelas organizações sociais. Talvez necessitemos de outro ciclo constituinte.

Fala-se em um constitucionalismos transnacional:

O processo de globalização das forças econômicas e internacionalização dos problemas, que antes eram exclusivamente da órbita nacional, gerou a necessidade deste se reconfigurar a configuração vestefaliana-keynesiana do Estado. O processo de integração regional da União Europeia fez com que a mesma se tornasse uma nova realidade paradigmática, já que não existe nenhum outro processo de integração econômica tão avançado como este. Os avanços deste processo fizeram com que a mesma se revestisse de

⁴⁰ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos** (pag 40 e 410)

características de Estado nacional (ou de superestado). No que tange o direito comunitário, este aproxima-se cada vez mais do Direito Constitucional nacional, transformando-se em um direito constitucional transnacional. O modelo de soberanias compartilhadas adotado pelo bloco fez com que seu sistema institucional se assemelhasse com aquele de um Estado, fato que possibilitou a atuação de seu tribunal como órgão máximo de proteção da legalidade, tal como seria um Tribunal Constitucional”⁴¹

O desafio é que estes novos ciclos constituintes sejam os neófitos transnacionais ou os nacionais se harmonizem as novas e desafiadoras perspectivas mundias suas políticas, econômicas e sociais.

Hanna Arendt (1993, p.41) exprime: “Uma ordenação jurídica ideal deve conter um sistema de normas providas de coerência, acabamento e independência (...)”

Aplicar o pensamento de Arendt no plano global é um desafio, pois ciclos inteiros de desenvolvimento, soberania e cultura devem ser readaptados.

Soma-se ainda a todas as questões a latente crise no sistema, além da insegurança social, temos a insegurança política, a “in”continuidade dos governos, das filosofias, da economia, enfim, uma imensa interrogação.

Como agir sem o Estado-Nação , que perde sua força, Bauman ao citar Benjamin Barber (ZB Babel 23), explicou:

Hoje, depois de uma longa história de sucesso regional, o Estado-nação está nos decepcionando na escala global. Ele foi a receita política perfeita para a liberdade e a independência de povos e nações autônomos. Ele é terminantemente inadequado para a interdependência. Hoje o Estado-nação está perdendo sua capacidade de proteger a liberdade e a igualdade diante da escala e da complexidade de um mundo interdependente que está excedendo o nacionalismo e a insularidade soberana de suas instituições...a soberania, a virtude do Estado-nação moderno, começa a parecer uma vítima prospectiva da globalização e de sua escala assustadora...Estados-nação não são capazes de lidar com os desafios transfronteiriços de um mundo interdependente. Não obstante, eles tampouco podem forjar instituições além de fronteiras que sejam capazes de fazê-lo.

A necessidade de agir com autonomia dentro de uma lei exterior só é possível ser realizada de maneira positiva se movida pela necessidade mínima de respeito ao próximo. Se não por amor, ou dogma, que pela simples questão de sobrevivência.

⁴¹ Constitucionalismo transnacional: o sistema constitucional da União Europeia e o funcionamento do Tribunal de Justiça da União Europeia como corte constitucional de Oliveira Azevedo Neto, Alvaro.
<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3675>

Ezio Mauro (Babel,53) citou Colin Crouch, ao perguntar: “Quanto capitalismo a democracia pode aguentar”, a questão é muito maior, quanto capitalismo a humanidade pode suportar?

Junto a isso, apesar da sociedade em redes de Castells, os alienados digitais, que passam horas, dias, participando de algo nada engrandecedor, existem os completamente extirpados da digitalização em um mundo de mais de sete bilhões de pessoas. Segundo a União Internacional de Telecomunicações⁴²,

A penetração da Internet nos países desenvolvidos é de 81%, enquanto nos países em desenvolvimento fica em 40% e, nas nações mais pobres, em 15%. Enquanto banda larga móvel sobe mais nos emergentes, a Internet fixa tem maior avanço nos países mais ricos.

Isso quer dizer que mais de 3,7 bilhões de pessoas não têm acesso a internet e conseqüentemente as informações, vivendo em uma “era medieval moderna” manipuladas de acordo com os interesses de alguns.

O massacre midiático fomentando a prática do consumismo decorrente do sistema capitalista, porém traz impactos desastrosos na sociedade e no Planeta, no qual a humanidade está destinada a compartilhar eternamente, planeta este onde, bem ou mal, a globalização demonstra as distancias que devem ser combatidas e os laços que devem ser aproveitados.

É ainda uma busca desenfreada por uma distribuição igualitária de cargos, valores e responsabilidades de pessoas com distantes orientações. Muitos os desafios mas afinal o equilíbrio pode se dar no respeito ao desequilíbrio, pois, se a nossa diferença nos inferioriza, conforme o professor Boaventura de Souza Santos⁴³, aí sim, temos o direito de ser iguais.

Globalização, multilateralidade, redes, crises, planejamento interno e planejamento externo, comportamento humano, qual a solução para estes intermináveis questionamentos?

Os pontos de reflexão aqui apresentados podem, de início, parecer simplesmente abstrações, mas na realidade mundial, os fenômenos sociais são muito maiores do que se concebe. 2016 foi um ano marcado com reviravoltas. Organizar e gerir um Estado-Nação em um mundo onde o fim deste modelo pode ser evidente e extremamente complexo, mais ainda do que foi.

⁴² <https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>

⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

Se o fenômeno da globalização derruba fronteiras e apresenta uma dinâmica avassaladora, a adequação do planejamento interno evidentemente sofre pressões e influência do capital externo na atual política de consumo e a queda das fronteiras entre as nações, cada vez mais e difícil adequar o planejamento interno de expansão e desenvolvimento.

Segundo Castell, “A humanidade sempre esteve unida, afinal se trata do mesmo planeta, quedas de governos antigos, casamentos entre famílias reais, tudo gerava impacto em diversos pontos do plante, a maior e talvez a principal diferença seja o avanço tecnologia do final do século XX”, permanece?

Somado a isso, vivemos um claro momento de incerteza da efetividade da democracia cada vez mais etérea como sistema de participação popular e da realidade lógica e prática de seus mecanismos. Países tidos como exemplos democráticos cada vez mais possuem ausência da população na escolha dos seus representantes e a adequação das propostas para controle se tornam distorcidas.

Estariamos suspensos entre o não existe mais e o não existe ainda, como bem falou Ezio Mauro ?

Se conforme Winston Churchill a "A democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos", a resposta talvez esteja em repensar todo um modelo e não tentar remendá-lo constantemente.

Diversas são as linhas de reflexão, mas uma delas merece especial atenção – a sociedade está diante de um momento de escolha. Talvez o mundo devesse optar por uma mudança de sistema, onde deixaríamos de lado o sentimento capitalista e viríamos a sistematização da economia de outra óptica. Afinal, o que está ocorrendo por meio das correntes nacionalistas pode significar, ou não, um atraso no avanço civilizatório.

Por fim, algo muito estranho ocorre no Planeta – a sensação é de que os debates acadêmicos não são ainda suficientes para justificar ou encontrar respostas para as novas e indefinidas perspectivas.

Na realidade, não seriam perspectivas, mas incertezas, porém alguns pontos são quase que incontroversos; o processo de globalização é irreversível. Apesar da resistência de muitos , não há como parar, atrasar, talvez, destruir, quem sabe, mas parar não; a nacionalização pode acarretar sérios riscos ao Planeta e a economia mundial, seria como recomeçar, em um processo cíclico insano da humanidade.

A preocupação maior deve ser o futuro do Planeta, não porque Donald Trump ganhou a eleição nos Estados Unidos ou o Reino Unido colocou “o pé fora da União Européia” mas, simplesmente, em razão da instabilidade das coisas,o enfraquecimento dos

valores e a absoluta incerteza sobre tudo. E essa incerteza paralisa! Torna a humanidade cada vez mais expectadora da sua história.

Fragmentar a pesquisa, separar os pedaços, nada disso terá utilidade sem o debate e a compreensão do todo. É preciso sonhar, divagar, explicar o inexplicável, enchendo a vida humana de amor e caridade. Acreditem, AMANHÃ TUDO PODE SER DIFERENTE.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro:Forense Universitária,1993.
- AYERS, Michael.**Locke Idéias e Coisas**.São Paulo: Unesp.1999.
- BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporaneo**. 2.ed. Rio de Janeiro:Saraiva, 2010.
- BAUMAN, Zygmund, **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- BAUMAN, Zygmund, Ezio Mauro. **Babel: entre a certeza e a esperança**. Rio de Janeiro:Zahat, 2016.
- BAUMAN, Zygmund, **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BLAINEY,Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**.2 ed.Curitiba: Fundamento, 2014
- BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. São Paulo: Campus, 1992.
- CASELLA, Paulo Borba. **BRIC Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: uma Perspectiva de Cooperação Internacional**. São Paulo: Atlas, 2011.
- CASTELLS, Manuel.**A Sociedade em Rede**. 17. ed.São Paulo:Paz e Terra S.A.,2016.
- C.GARCIA apud Wagner Menezes. **Ordem Global e Transnormatividade**. Rio Grande do Sul: Unijuí , 2005.
- COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos** .6.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ELIAS, Norbert, **1897-1990 A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GUIDO, Fernando Silva Soares...(et al.). **Direito Internacional, humanismo e globalidade** São Paulo: Atlas, 2008.
- MANFREDO, Araújo Oliveira. **Desafios Éticos da Globalização**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- MENEZES, Wagner. **Ordem Global e Transnormatividade**. Rio Grande do Sul: Unijuí , 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition**. Nova Iorque: Routledge, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **“Os processos de Globalização” in A Globalização e as Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: EdUNB , 1999